Segurança que já está um caos vai piorar

Temer quer ministério para salvar governo e não Segurança Pública

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.610 28 de Fevereiro e 1º de Março de 2018

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Rosinei Coutinho - STF

Ministro do STF, Barroso denuncia 'pacto oligárquico' contra Lava Jato

O ministro Luís Roberto Barroso alertou que uma "Operação Abafa", enorme e multifacetada, foi deflagrada por pessoas que se imaginavam imunes e impunes para impedir que a Operação Lava Jato alcance seus objetivos. "É fruto de um pacto oligárquico celebrado entre boa parte da classe política, do empresariado e da burocracia estatal para saque do Estado brasileiro". **Pág. 3**

Gleisi pede agora que a Justiça seja rápida em atender o pedido de Lula

A senadora Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT, criticou a "demora" do STF em pautar o pedido de habeas corpus preventivo de Lula. A reclamação até agora do PT era de que o processo do triplex havia andado muito rápido. **Pág. 3**

CCR deu propina de 46 milhões e parte foi direto a operador tucano

O operador Adir Assad afirmou, em depoimento, que entre 2009 e 2012 as operações com rodovias privatizadas geraram R$ 46 milhões de propina e ele repassou uma parte diretamente ao ex-diretor da Dersa Paulo Preto, conhecido operador do PSDB. **Página 2**

Síria: corredor humanitário em Guta é atacado pela Al Qaeda

O bando terrorista Al Nusra, ramificação da Al Qaeda na Síria, bombardeia o corredor humanitário por onde os civis de Guta Oriental tentavam escapar da condição de reféns e escudos humanos em que se encontram na região. **Pág. 6**

Presidente corrupto combatendo o crime é piada de mau gosto

Quando a procuradora geral da República solicita uma ordem judicial ao STF para impedir que Temer, através de um preposto, interfira no inquérito da PF sobre suas atividades no Porto de Santos, o governo – mesmo esse, que sempre foi mais uma quadrilha que um governo – chegou ao fim. O bando do Planalto tem, realmente, muitas razões para se preocupar com a polícia. Mas não por causa da Segurança Pública. Sem conseguir governar, resta o factoide. Seja o "ministério da Segurança Pública" ou a intervenção no Rio de Janeiro. **Página 3**

Jaques Wagner recebeu R$ 82 milhões de propina, acusa a PF

Valter Campanato - ABr

A Operação Cartão Vermelho da Polícia Federal, desencadeada na manhã da segunda-feira, cumpriu sete mandatos de busca e apreensão em Salvador, incluindo a casa do ex-ministro de Lula e Dilma e ex-governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), e a sede da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SDE), pasta que Wagner comanda atualmente. Wagner, cujo codinome na planilha da Odebrecht era "Polo" [por ter trabalhado no Pólo Petroquímico de Camaçari], é acusado pela PF de ter recebido R$ 82 milhões em propina do consórcio formado pelas empreiteiras Odebrecht e OAS, responsável pela construção da Arena Fonte Nova. O valor superfaturado da obra ultrapassa R$ 450 milhões, segundo a polícia. Wagner foi indiciado formalmente pela PF. **Pág. 3**

Temer plagia Lula e garante que fazenda em S. Paulo em nome do seu laranja particular não é sua

Temer repete a mesma cantilena dos depoimentos de Lula na Lava Jato e jura que a fazenda, que fica na cidade de Duartina, interior de São Paulo, registrada em nome de seu laranja, o coronel aposentado João Baptista Lima, não é sua. Lima é proprietário da Argeplan, empresa investigada por irregularidades em contrato de R$ 162 milhões. **Pág. 4**

Igor Brandão - AG Pará

MP pediu o embargo da barragem clandestina da multinacional norueguesa Hydro, que despejava rejeitos de bauxita na mata

Múlti envenenou igarapés no Pará com lama tóxica. Barragem não tinha licença

Os ministérios públicos federal e estadual do Pará pediram, na última sexta-feira, que a Hydro Alunorte suspenda imediatamente as atividades em uma de suas barragens de rejeitos em Barcarena (PA). Os MPs afirmaram que a barragem opera sem licença ambiental e que não há um plano emergencial para retirar a comunidade em caso de desastre. O vazamento foi comprovado pelo Instituto Evandro Chagas. **P. 4**

PNAD: 26,4 milhões de brasileiros estão sem emprego

Pág. 2

HP 28 DE FEVEREIRO E 1º DE MARÇO DE 2018

26,4 milhões de brasileiros estão sem emprego, diz IBGE

Divulgação

Aepet denuncia política de preço do combustível: "equivocada e entreguista"

O conselheiro da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Ricardo Maranhão, afirmou que a política de Michel Temer/Pedro Parente, de reajustar os preços dos combustíveis, fundada com base nos preços internacionais, é "uma política equivocada e entreguista", disse Maranhão, em entrevista ao site Petronotícias, na última quarta-feira (21).

Segundo Ricardo Maranhão, "os preços do mercado exterior sofrem a influência de um número enorme de fatores imprevisíveis, que dão uma volatilidade muito grande a eles. Quando você adota essa política de paridade, está expondo os consumidores brasileiros a toda essa multiplicidade de fatores", como por exemplo, "um inverno muito rigoroso no hemisfério norte, o que cria uma demanda sazonal e faz com que os preços de derivados do petróleo subam". Ou a existência de "um atrito na Casa Real Saudita que poderia aumentar os preços, porque a Arábia Saudita é um grande produtor de petróleo. A pergunta é: o que o Brasil tem a ver com isso?", questionou Ricardo Maranhão.

O conselheiro da Aepet destacou que ao estabelecer a paridade, a atual direção da Petrobrás "está abrindo o mercado brasileiro para que importadores e refinadores estrangeiros tragam gasolina e diesel para nosso País, uma vez que a estatal pratica o mesmo preço que eles. No ano passado, o Brasil importou cerca de US$ 8 bilhões entre gasolina e diesel. E quando traz esse produto do exterior, a refinaria da Petrobrás não refina, porque não consegue revender. As refinarias da Petrobrás estão com 25% de ociosidade. Ou seja, uma fatia de 25% de mercado está sendo abastecida por importações de empresas privadas. O Brasil está gastando esses US$ 8 bilhões absolutamente sem necessidade" denunciou Maranhão, que lembrou que atualmente, cerca "80% do diesel que está sendo importado pelo Brasil é proveniente dos Estados Unidos".

Produção industrial continuou em queda em janeiro, diz CNI

Novos dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) desmentem a "recuperação" econômica de Temer. Segundo o relatório de Sondagem Industrial, divulgado na sexta-feira (23), "a produção industrial continuou em queda em janeiro de 2018". O índice de evolução da produção ficou em 48,4 pontos, número abaixo da linha divisória de 50 pontos, o que demonstra recuo da atividade industrial.

O mesmo ocorreu com o emprego industrial. Conforme sondagem da CNI, o índice de evolução do número de empregados registrou 48,6 pontos em janeiro de 2018. Já o índice que mede o nível de atividade da indústria mostrando a porcentagem do parque industrial que está trabalhando (Utilização da Capacidade Instalada - UCI), demonstra que a ociosidade do setor produtivo continua elevada em 35%.

Marcelo Camargo/ABr

Meirelles acena com pré-candidatura e promete arrocho 'brutal' ao povo

Em entrevista à Rádio Bandeirantes, de Porto Alegre, na segunda-feira (26/02), Meirelles voltou a defender o aumento de impostos, após a derrocada da tentativa de assalto à Previdência. O prazo para esfolar ainda mais o contribuinte seria de dois a três anos, quando, segundo ele, o pseudo déficit começará a subir, comprometendo o Orçamento, omitindo, no entanto, que o maior gasto efetivo da União é com juros e amortização da dívida pública.

Na semana passada, em entrevista ao Programa 90 Minutos, da Rádio Bandeirantes, de São Paulo, ele já havia ameaçado com "aumentos brutais" de impostos.

O ministro da Fazenda de Temer tentou minimizar a revisão para baixo da nota de crédito brasileira feita pela Fitch, arapuca norte-americana de classificação de risco, tal qual já havia feito a também norte-americana Standard & Poor's. Essas agências – incluindo a Moody's – atribuem notas para os países submissos à política de transferência de dinheiro público para gastos com juros. Com a não aprovação da reforma da Previdência, que iria favorecer os bancos, diminuíram a nota, demonstrando que a tentativa de assalto à Previdência de Temer/Meirelles era mesmo para beneficiar o sistema financeiro.

Ainda da segunda-feira, Meirelles reiterou nas redes sociais seu interesse em se candidatar à Presidência da República e afirmou que chegou a "hora de devolver ao povo brasileiro um pouco de tudo aquilo que ele me proporcionou".

Porém, afirmou que só vai se decidir no final de março. Entre outras coisas porque, até o momento, não tem garantia nem no seu partido, o PSD, que ensaia apoio ao candidato tucano Geraldo Alckmin. Por isso, não descarta sair candidato por outro partido, tendo já consultado marketeiros para sua campanha, incluindo o notório Duda Mendonça, que trabalhou em campanhas de Paulo Maluf e de Lula, e foi um dos réus do mensalão do PT. Investigado pela Lava Jato, assinou a acordo de delação premiada.

"Caso eu decida ser candidato, vamos ver a questão partidária. Estamos sempre em conversas amigáveis com PSD. Se candidatura tiver conflito com projeto do PSD em São Paulo, há convites de outros partidos", declarou à Rádio Bandeirantes de Porto Alegre.

Para a MCM Consultores, Meirelles tem ido à mídia para falar sobre sua possível candidatura porque não é ouvido pelos políticos: "Naturalmente, a fala do ministro gerou notícia. Mas a classe política continuou indiferente a Meirelles. Ninguém no PSD, o partido ao qual Meirelles é filiado, reagiu publicamente à sua tentativa de chamar atenção".

De acordo com o instituto Ipsos, 70% dos brasileiros desaprovam a gestão de Meirelles na Fazenda.

Ainda segundo a MCM, o único ponto favorável à sua candidatura é a ausência de limites para o autofinanciamento das campanhas eleitorais. "Com o caixa baixo, a eventual disposição de Meirelles de empregar recursos pessoais para bancar sua campanha pode atrair o interesse de algum partido de menor expressão. Mas o TSE, até 5 de março, ainda dará sua palavra final a respeito do autofinanciamento".

Com efeito, grana é que não falta para Meirelles, após sua carreira nas presidências do BankBoston, do Banco Central no governo Lula e do Conselho de Administração da J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista. Aliás, de acordo com reportagem da Folha de S.Paulo, em sua campanha para deputado federal em 2002, do total de gastos de R$ 997 mil, à época, R$ 887 mil foi bancado por seu próprio bolso.

Reportagem do site BuzzFeed Brasil mostrou que, entre 2012 e 2016, Meirelles recebeu R$ 217 milhões em contratos com diversas empresas, dos quais estima-se que R$ 180 milhões saíram da J&F.

Sugerimos ao ministro que, em caso de que sua candidatura seja efetivada, destaque seus feitos – nos governos Lula e Temer -, como juros reais estratosféricos; corte de investimentos em saúde, educação etc.; proposta de assalto à Previdência; lei de escravidão trabalhista em substituição à CLT; terceirização desenfreada; arrocho salarial; entre outras pérolas do neoliberalismo.

VALDO ALBUQUERQUE

Segundo a PNAD Contínua, não houve criação de nenhum emprego com carteira de trabalho no 4º trimestre do ano passado

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou na sexta-feira (23) que 26,4 milhões de brasileiros em condições de trabalhar não estão encontrando emprego formal. Este número representa uma taxa de subutilização da força de trabalho, medida pela PNAD Contínua trimestralmente, de 23,6% no último trimestre do ano passado em relação ao trimestre anterior. Comparada com o quarto trimestre de 2016, a taxa subiu de 22,2% para 23,6%. Na média do ano a subutilização da força de trabalho ficou em 23,8% em 2017.

"As Medidas de Subutilização da Força de Trabalho aumentaram em praticamente todos os estados, ou seja, o total de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas e aquelas pessoas que estão fora da força de trabalho, mas têm o potencial de estarem na força de trabalho, esse conjunto aumentou", declarou Cimar Azevedo, coordenador de trabalho e rendimentos do IBGE, ao divulgar a pesquisa.

O coordenador disse que agora houve um indicador novo, que é o desalento, mostrando que parte dessa população que está fora da força de trabalho está desalentada. A população desalentada, que poderia estar na força de trabalho, é definida como aquela que estava fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: não conseguia trabalho, ou não tinha experiência, ou era muito jovem ou idosa, ou não encontrou trabalho na localidade – e que, se tivesse conseguido trabalho, estaria disponível para assumir a vaga. Ela faz parte da força de trabalho potencial. No Brasil, no 4º trimestre de 2017, essa população chegou a 4,3 milhões de pessoas, o maior contingente de desalentados desde o início da série histórica, iniciada no 1º trimestre de 2012 (1,9 milhão).

Ou seja, muita gente que poderia estar trabalhando, quer trabalhar,desistiu de procurar emprego. Para ele, isso pode estar relacionado principalmente com a crise econômica onde a desocupação é alta e as pessoas não conseguem trabalho. "Antes nós trabalhávamos com a definição força de trabalho onde se somava 90 milhões de ocupados com 12 milhões de pessoas desocupadas, somando aí cerca de 102 milhões de pessoas. Hoje, a gente vê que esse número é maior. Você tem que adicionar a essa força de trabalho cerca de 5 milhões de pessoas que estão na chamada força de trabalho potencial, ou seja, estão fora do mercado mas poderiam estar inseridas nesse mercado. Estão subempregados por horas trabalhadas, mas poderiam estar trabalhando mais horas".

Como os arautos da "recuperação" não têm o que mostrar sobre o crescimento de empregos, analistas de aluguel repetem a baboseira de que "o emprego é o último a entrar na crise e o último a sair dela". A mesma ladainha quando, recentemente, avaliaram o setor de Serviços, que encerrou 2017 acumulando queda de -2,8%. O fato concreto é que a falta de investimentos públicos, o arrocho salarial e os juros reais extorsivos estão destruindo o país e o desemprego segue nas alturas.

O que se vê é que milhões de pessoas, homens e mulheres, chefes de família, profissionais especializados, estão fazendo bico, limpando vidros de carros, se fingindo de estátuas vivas ou montando barraquinha para vender comida ou qualquer coisa que ajude a enfrentar a crise e dar algum conforto à família.

Segundo a pesquisa, no 4º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior não houve criação de nenhum emprego com carteira de trabalho assinada no setor privado (excluindo trabalhadores domésticos). O que houve foi uma redução de 685 mil empregos formais (-2,0%). Só há trabalho precário, sem qualquer proteção social.

Não há "recuperação" da economia sem geração de empregos, sem trabalhador com renda e estabilidade para comprar o que a sociedade produz. O país só vai gerar empregos, saindo da brutal crise iniciada por Dilma/Levy e aprofundada por Temer/Meirelles, quando houver a retomada dos investimentos públicos, juros reais civilizados, defesa da indústria e do patrimônio nacional. O resto é perfumaria para continuar impondo um "ajuste" fiscal que tem como único objetivo beneficiar os monopólios e os bancos, de preferência estrangeiros.

Parente é premiado nos EUA por torrar patrimônio em favor dos estrangeiros

A atual gestão entreguista da Petrobrás anunciou previsão de redução da dívida liquida da companhia para R$ 77 bilhões ao final de 2018. A notícia, longe de ser positiva, representa o efeito do criminoso corte nos investimentos e vendas de ativos da estatal – tomados como política institucional das últimas gestões como forma de saldar uma falaciosa "dívida impagável".

O cartel de empresas estrangeiras – que é quem mais se beneficia com a venda de ativos e política de preços da Petrobrás – não tardou a conceder, através do folhetim nova-iorquino "Latin Finance", um prêmio pela "gestão de dívidas" da Petrobrás por conta da oferta de venda e troca de títulos realizados no final do ano passado. A dívida, com isso, retrocederá 12,6% com relação ao registrado no terceiro trimestre de 2017, segundo comunicado.

As razões para a reprodução da versão de que a Petrobrás está quebrada é nos fazer crer que a única saída para a "insolvência" é a queima do patrimônio da estatal, que é, sobretudo, patrimônio do povo brasileiro. O plano de gestão baseado nos pilares da venda de ativos e redução dos investimentos virou política institucional do Conselho da Companhia durante o governo Dilma, em 2015, sob a gestão de Graça Foster, e foi aprofundado durante as gestões de Aldemir Bendine (hoje preso pela operação Lava-Jato) e, atualmente, por Pedro Parente.

Inúmeros estudos e comparativos já demonstraram que a capacidade da Petrobrás de gerar receita é mais do que compatível com o seu endividamento. Portanto, a Petrobrás não está quebrada.

"A Shell tem uma dívida igual à da Petrobrás, mas tem reservas cinco vezes menores. A Petrobrás já descobriu 50 bilhões de barris nos campos de Tupi, Iara, Búzios, Carcará e outros. A Shell tem reservas de cerca de 10 bilhões de barris, apenas. A Petrobrás está melhor do que todas as empresas do cartel. Tem mais reservas e melhor tecnologia do que elas", explica Fernando Siqueira, vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet).

Para se ter uma idéia, ao final de 2016, a dívida bruta da companhia somava R$ 384,99 bilhões, enquanto a sua receita bruta, R$ 373,82 bilhões – o que desmascara qualquer tese de insolvência.

Segundo Siqueira, soma-se a isso a desvalorização dos ativos da Petrobrás ('impairment'), dirigida por Bendine, que em 2015 foi responsável por gerar um falso rombo de R$ 35 bilhões, por exigência da auditora americana PWC.

"A Petrobrás não está endividada. Mesmo com esse falso rombo, o lucro bruto da companhia naquele ano (2015) foi de R$ 98,5 bilhões e, o líquido, de R$ 14 bilhões".

Ao contrário do que se diz, o atual plano já causou à Petrobrás perdas na ordem de R$ 500 bilhões, o que reforça que o objetivo principal, ao invés de sanar as dívidas, é desnacionalizar e desintegrar a Petrobrás através da venda de ativos estratégicos e a desastrosa política de preços.

Segundo levantamento da Aepet, as principais vendas já realizadas desde 2015 causaram os seguintes prejuízos:

- Prejuízo de R$ 331 bilhões de perdas com a entrega do campo de Libra por 35 anos em um consórcio formado pela Shell, Total e as chinesas CNPC e CNOOC;

- Malha de gasodutos da Nova Transportadora do Sudeste (NTS): prejuízo de R$ 60 bilhões pelo contrato de 20 anos concedido à canadense Brookfield;

- Venda do Campo de Carcará para a Statoil rende prejuízo de R$ 47 bilhões;

- Venda de fatias nos campos Iara e Lapa do pré-sal em "alegado acordo de parceria com a francesa Total" por US$ 2,2 bilhões, o prejuízo é da ordem de R$ 81 bilhões.

PRISCILA CASALE

Lobista confirma propina para operador do PSDB

O operador Adir Assad afirmou, em depoimento de colaboração premiada, que o ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto, recebeu "comissões" por tê-lo indicado para participar de um esquema de corrupção envolvendo o Grupo CCR. No esquema, o operador gerava dinheiro em espécie para o grupo empresarial por meio da emissão de notas superfaturadas.

Paulo Preto é apontado como operador do senador José Serra (PSDB-SP). No governo de Geraldo Alckmin, ele controlou obras rodoviárias de São Paulo, principalmente o Rodoanel, com contratos que somavam R$ 6,5 bilhões.

Assad relatou que Paulo Preto o indicou para conversar com Renato Vale, então presidente da CCR, e com o diretor da empresa José Roberto Meirelles, no primeiro semestre de 2009. Segundo ele, a parceria foi bem sucedida: entre 2009 e 2012, as operações com a CCR geraram caixa de até R$ 46 milhões, por meio de diversas concessionárias de rodovias controladas pela CCR.

Para provar o que disse, o operador apresentou à força-tarefa da Operação Lava Jato uma série de e-mails, nos quais estão anexadas notas fiscais e contratos de patrocínio superfaturados e que eram relativos a operações ilícitas de geração de dinheiro em espécie. Ele disse ter feito diversas entregas de dinheiro em espécie nos escritórios da CCR de São Paulo e do Rio.

"Fez nas datas de, pelo menos, de 24 de janeiro de 2012 e 2 de fevereiro de 2012 duas entregas de R$ 200 mil cada, entregues a um diretor da CCR no escritório da empresa em Botafogo, no Rio", diz um trecho do depoimento.

Em outro anexo, que faz parte das investigações da Lava Jato no Rio, Assad afirmou que entregou dinheiro vivo a Paulo Preto. Ele contou ainda que o ex-diretor da Dersa solicitou sua ajuda para fazer entregas de dinheiro diretamente a Pedro Silva, que na época era funcionário da Dersa.

Assad afirmou que movimentou cerca de R$ 300 milhões para a Delta em São Paulo e que boa parte deste dinheiro foi entregue a Paulo Preto.

Recentemente, o Ministério Público da Suíça informou às autoridades paulistas ter encontrado escondido em contas offshore R$ 113 milhões de Paulo Preto.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Ministério da Segurança é mais um factóide de Temer

HP

Filho do ex-presidente João Goulart

João Vicente Goulart rebate a chantagem de Meirelles após derrota da Previdência

O ex-deputado João Vicente Goulart, pré-candidato a presidente da República pelo Partido Pátria Livre (PPL), comemorou o enterro da "reforma" da Previdência de Temer. Em entrevista ao HP, nesta segunda-feira (26), ele ressaltou a força da mobilização popular para se chegar a esse resultado positivo. "A derrota já era prevista, já vinha alinhada com a falta de votos - que, dia a dia, vinha minguando - no Congresso Nacional, neste ano eleitoral", disse João Goulart.

Ele criticou a reação destemperada do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, após a vitória do Brasil na luta em defesa da Previdência Pública. O funcionário do BankBoston falou em retaliações, com possíveis "aumentos brutais" de impostos, por conta da derrota do governo.

João Vicente rebateu o ministro de Temer dizendo que "a chantagem de Meirelles, via ameaça aos brasileiros menos informados, faz parte da construção de uma hipótese de risco calculado". "Fizeram isso após constatarem que a reforma previdenciária - que era o discurso preferido do governo ilegítimo - foi para as cucuias", destacou.

"Sem ter o que dizer para o setor empresarial que sustenta o atual modelo, restava a ele [Meirelles] a ameaça às camadas sociais menos privilegiadas com o discurso do aumento de impostos", denunciou João Vicente.

"E, sem dúvida, esses aumentos seriam sobre os produtos essenciais à sobrevivência de nosso povo, pois é claro que ele não pensa na extinção da lei Kandir, por exemplo, ou terminar com os subsídios às multinacionais, montadoras, exportadores de commodities, etc", acrescentou o pré-candidato.

"Agora, o que não podemos", alertou João Vicente, "é enganar a nós mesmos". Para ele, "esta mudança de foco, advinda da intervenção no Rio de Janeiro, e que engessou qualquer votação em torno das reformas constitucionais, é mais uma artimanha para maquiar a opinião pública". Uma artimanha, segundo ele, "bem planejada, orquestrada, medida, na proporção de uma grande virada do foco político em torno da segurança nacional e de combate à criminalidade".

O ex-deputado lembrou que estas medidas demagógicas já existiam antes, mas que "desta vez", segundo ele, "está num palco iluminado, visando as eleições de 2018, onde o próprio Temer, imagina poder ser candidato a reeleição e estar fazendo parte da ópera".

João Vicente falou também sobre as eleições presidenciais deste ano e se disse honrado com a indicação do partido e em poder reerguer as bandeiras de seu pai, o saudoso ex-presidente Jango, derrubado pelo golpe de 1964. "Quanto à lembrança do meu nome para uma pré-candidatura presidencial, a recebo com muita honra, dignidade e patriotismo", disse.

"Eu vejo nesse desafio uma forma de levantarmos as bandeiras de luta de Jango - as reformas de base - que foram sufocadas, por outro golpe lá atrás, em 1964, quando este país e este povo procuravam, através de um governo legítimo, sua independência política, econômica e social para construir um Brasil de todos", afirmou o pré-candidato do PPL.

João Vicente observou que a batalha que seu pai travou e que não pode concluir será retomada nesta jornada. "A luta do meu pai era a luta por um Brasil sem privilégios, onde seus filhos tivessem idênticas oportunidades, fossem ricos ou pobres, negros ou brancos, mulatos ou índios, da Rocinha ou do Leblon, brasileiros de todas as origens, irmãos para crescerem juntos", disse ele.

"Esta batalha vem de longe", ressaltou João Vicente. "Vamos resgatar toda a energia emanada de nossa longa jornada, de nossas referências e de nossos líderes que tombaram pelo difícil caminho da resistência democrática e da tenaz luta pelo Brasil livre", acrescentou o pré-candidato do PPL, concluindo com um compromisso: "missão partidária não se discute, se cumpre!", disse ele.

SÉRGIO CRUZ

Lula Marques

Temer anunciou Raul Jungmann para o tal ministério que ele criou

Temer afirma que aplicou uma 'jogada de mestre' no Exército

"A intervenção na segurança do Rio de Janeiro é uma **jogada de mestre**, mas nada eleitoral. Eu sou candidato a fazer um bom governo", disse Temer em entrevista à Rádio Bandeirantes.

É difícil acreditar que um patife experiente como Temer possa nutrir qualquer tipo de esperança quanto a sua performance eleitoral. Mas, quem sabe, o cordão dos puxa-sacos conseguiu contagiá-lo com o resultado da pesquisa Ibope, realizada no Rio de Janeiro sob encomenda do governo federal: 84% dos entrevistados aprovaram a intervenção.

É um número vistoso, mas será que o vampirão não reparou nos outros números da pesquisa?

67% esperam que a situação melhore em seis meses, no máximo, 31% acham que um mês será o bastante. Desassistida e maltratada, vivendo em estado de desespero, a população quer resultados já.

Em situações como essa, a frustração das expectativas costuma deixar a situação pior do que antes. Isso Temer também não desconhece.

Mas, pensando bem, é aí mesmo que reside a "maestria" da "jogada" da qual ele decidiu se jactar em público.

Como aliado, vice do PT e depois presidente da República, Temer preparou uma bomba promovendo a política econômica concentradora da renda que mergulhou o Brasil numa crise econômica e social sem precedentes. Acendeu o pavio com o uso intensivo e ilimitado da corrupção. Quando a bomba estava prestes a explodir, depositou-a no colo do Exército.

(SR)

PF indicia Jaques Wagner por propina e desvios na construção da Arena Fonte Nova

A Operação Cartão Vermelho da Polícia Federal, desencadeada na manhã da segunda-feira (26), cumpriu sete mandatos de busca e apreensão em Salvador, incluindo a residência do ex-ministro de Lula e Dilma e ex-governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), e a sede da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SDE), pasta que Wagner comanda atualmente no governo do Estado. Também foi alvo de buscas o chefe da Casa Civil do Governo da Bahia, Bruno Dauster.

O ex-governador da Bahia, cujo codinome na planilha da Odebrecht era "Polo" [por ter trabalhado no Pólo Petroquímico de Camaçari], é investigado pela Polícia Federal (PF) por ter recebido R$ 82 milhões em propina do consórcio formado pelas empreiteiras Odebrecht e OAS, responsável pela construção da Arena Fonte Nova. De acordo com laudo da PF, as obras da nova Arena Fonte Nova foram superfaturadas em valores que, corrigidos, podem chegar a mais de R$ 450 milhões. Wagner foi indiciado formalmente pela PF.

A Polícia Federal informou que parte dos R$ 82 milhões foram repassados por meio de doações declaradas em campanhas eleitorais, ou seja, as propinas entraram como "Caixa 1". Do total de R$ 82 milhões, "há registro de que, pelo menos, R$ 3,5 milhões foram doados pela Odebrecht para campanha de 2014, para a campanha do governador Rui Costa", afirmou, na entrevista coletiva, a delegada Luciana Matutino. Ainda segundo a PF, parte da propina, no valor de R$ 500 mil, em dinheiro vivo, teria sido entregue a Wagner na casa de sua mãe, no Rio de Janeiro.

As irregularidades na obra já tinham chamado a atenção do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que ordenou, em abril de 2016, o governo do Estado a refazer o contrato com a Odebrecht e a OAS, após constatar que houve "superfaturamento" na obra. O contrato foi firmado entre o governo e o consórcio em 2010 na gestão do então governador Jaques Wagner (PT). "Em razão de laudos periciais, verificamos que houve fraude para beneficiar o consórcio formado por Odebrecht e OAS", diz a delegada. De acordo com as cláusulas do edital de licitação, somente as duas empresas atendiam a alguns requisitos - como experiência em demolição, serviço que acabou prestado por empresa terceirizada. Então, não havia motivo para que essas exigências fossem colocadas no edital", conclui a delegada Luciana Matutino.

A Polícia Federal informou que pediria à Justiça autorização para conduzir coercitivamente os investigados, mas, como decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu as conduções coercitivas, a PF decidiu pedir a prisão temporária dos três suspeitos, o que foi negado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Agora serão marcados depoimentos com os suspeitos. Em nota, a PF informou que dentre as irregularidades já evidenciadas no inquérito policial estão fraude a licitação, superfaturamento, desvio de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro'. A PF apreendeu 15 relógios de luxo e outros mimos na casa do ex-governador, além de documentos, telefones e mídias.

Leia matéria completa no site www.horadopovo.org.br

Manifesto do PT ataca Ciro por expor a realidade

As últimas declarações do ex-governador Ciro Gomes, pré-candidato a presidente pelo PDT, têm incomodado bastante aos petistas. Um manifesto assinado por eles está circulando nas redes sociais com ataques ao ex-governador. "Foi de deixar pasmo ouvir Ciro afirmando que é ofender a inteligência mediana do brasileiro dizer que há uma perseguição contra Lula pela mídia e um golpe. Candidato progressista que está no campo da esquerda dizendo que não foi golpe? É assombroso!", diz o texto.

Ciro Gomes não só disse que é hora de renovar a política, superando a polarização PT/PSDB, como afirmou à Rádio Itatiaia, de Belo Horizonte, que "o Brasil não pode ficar refém da candidatura do Lula". "É mais fácil um boi voar do que o PT apoiar alguém", completou o ex-governador. Ciro comentava o encontro que teve com o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT), no início da semana. "Todo mundo sabe que Lula não será candidato", disse ele. Petistas hostilizaram Fernando Haddad em evento de aniversário do PT, por este ter se encontrado com Ciro.

O pré-candidato disse que "Lula e o PT" precisam entender o momento nacional em relação à condenação em segunda instância do ex-presidente no caso do triplex no Guarujá (SP). "Todo mundo sabe que os tribunais não vão deixar o Lula registrar a candidatura por causa da Ficha Limpa", disse Ciro. Ler mais em www.horadopov.org.br

Ministro Luís Roberto Barroso condena "a mentalidade de que rico não pode ser preso"

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), alertou que uma "Operação Abafa", enorme e multifacetada, foi deflagrada por pessoas que se imaginavam imunes e impunes para impedir que a Operação Lava Jato alcance seus objetivos.

Barroso classificou os que querem manter o velho status em duas categorias: a dos que não querem ser punidos pelos malfeitos cometidos ao longo de muitos anos; e os que não querem ficar honestos nem daqui para frente.

"Gente que tem aliados em toda parte: nos altos escalões, nos Poderes da República, na imprensa e até onde menos seria de esperar. Mesmo no Judiciário subsiste, em alguns espaços, a mentalidade de que rico não pode ser preso, não importa se corrupto, estuprador ou estelionatário", disse o ministro.

Em artigo publicado domingo (25) na Ilustríssima, do jornal "Folha de S.Paulo", o magistrado afirmou que a corrupção no Brasil "é fruto de um pacto oligárquico celebrado entre boa parte da classe política, do empresariado e da burocracia estatal para saque do Estado brasileiro". "Este não foi um esquema isolado! Este é o modelo padrão", disse.

O ministro assinalou que, para reverter esta situação, é fundamental "a decisão de permitir a execução das condenações penais após o segundo grau". "Pela primeira vez, ricos delinquentes, que sempre escapavam do sistema penal pela procrastinação indefinida, passaram ser punidos e a colaborar com a Justiça. O impacto prático dessa modificação foi expressivo e abrangente, desbaratando esquemas diversos", frisou.

Ler mais em www.horadopovo.org

Para ele, segurança pública é só marketing

A polícia – isto é, a Segurança Pública – merece coisa melhor que um Ministério chefiado pelo sr. Raul Jungman, que parece mais interessado em ser ministro (seja da Defesa, da Segurança ou da Culinária) do que em fazer algo, seja qual for a sua pasta. Haja visto o seu desempenho na Defesa.

Mas, claro, o verdadeiro problema da Segurança Pública é Temer – e não Jungman, que é um figurante (e um figurante somente capaz de má figuração).

Quando fechávamos esta edição, a procuradora geral da República, Raquel Dodge, pedira uma "ordem judicial" ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o diretor da Polícia Federal (PF), Fernando Segovia, fosse proibido - sob pena de ser afastado do cargo - de "qualquer ato de ingerência" no inquérito que investiga a propina e a ação de Temer a favor da Rodrimar, no porto de Santos:

"Quaisquer manifestações a respeito de apurações em curso contrariam os princípios que norteiam a Administração Pública, em especial o da impessoalidade e da moralidade", escreveu a procuradora, referindo-se às declarações de Segovia, de que nada teria sido encontrado contra Temer, apesar do delegado Cleyber Lopes, responsável pelo inquérito, pedir a prorrogação das investigações por 60 dias.

Quando se chega a esse ponto - em que, para impedir que o sujeito que ocupa a Presidência use um preposto para fraudar um inquérito, é preciso uma "ordem judicial" (e para o diretor da Polícia Federal!) -, o que resta mais?

Em suma, a única forma de evitar que o presidente cometa ilegalidades é proibi-lo, ainda que indiretamente, de fazer qualquer coisa.

Portanto, não há mais governo, pois a função do governo é governar. Quando ele não consegue mais governar, deixa de ser um governo. Resta, portanto, o factoide – por exemplo, o "ministério da Segurança" ou a intervenção no Rio.

É verdade que o governo Temer sempre foi mais uma quadrilha que um governo. Ou, dizendo de outra forma, sempre foi um governo especialíssimo, já que sua especialidade é a bandidagem, aquela em que o presidente é flagrado na calada da noite – como se dizia – combinando uma propina com um picareta empresarial, antes turbinado, durante 12 ou 13 anos, pelas propinas que passava para o PT.

Um governo que tem um ex-ministro de Governo na cadeia, fazendo companhia ao seu maior apoiador no Congresso – aliás, ex-presidente da Câmara – e mais 10 ministros sob investigação por receber propina, inclusive o círculo mais próximo de Temer (Padilha, Moreira, e, claro, Rocha Loures, que não é ministro, mas é o carregador-mor de malas cheias de dinheiro), só pode ser muito preocupado com a polícia. Mas não por causa da Segurança Pública.

Convenhamos que – e vamos parar por aqui a enumeração das qualidades da atual administração apenas porque o estômago do leitor (e o nosso) já deve estar se revirando – quando um governo desses inventa um Ministério da Segurança Pública, só pode ser para proteger os bandidos.

Deve ser por isso que o sr. Lula declarou, lá em Minas, que "não existe essa de PMDB nunca mais, isso é bobagem". A aderência e a identificação com a bandidagem fazem essas coisas.

[Apenas para registrar: foi Lula e o PT que, não somente levaram Temer e o PMDB ao poder, mas também os imiscuíram no seu próprio esquema de roubalheira. Quem controlava o esquema com a JBS, Odebrecht, etc., etc., não era Temer - mas Lula.]

Evidentemente, falar em Segurança Pública com a devastação social que está sendo promovida no país, é coisa de demagogo, de mentiroso e de patife.

Como lembrou o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, a Segurança vai muito além da política de repressão. Não há política repressiva que resolva problemas de Segurança, quando as pessoas – a começar pelos jovens – não têm emprego, não têm salários (e as que têm, recebem uma miséria).

Tanto assim que, de 2002 a 2013, o número de presos, no Brasil, aumentou 140% (enquanto a população aumentou 15%) - e nem por isso a Segurança melhorou.

Segundo os últimos dados disponíveis, o Brasil tinha, em 2014, 622.202 presos, a quarta maior população carcerária do mundo; com 300 presos por 100 mil habitantes, essa taxa estava – e, com certeza, está – muito acima da mundial, 144 presos por 100 mil habitantes (cf. MJ, Infopen, dez/2014).

Longe de nós a ideia de que as cadeias não são necessárias.

Porém, não existe como falar em melhorar a Segurança Pública quando os gastos de investimento e custeio do governo estão em queda livre – e boa parte do dinheiro público é desviado do setor produtivo (ou seja, dos trabalhadores e empresários nacionais) para o setor financeiro, para não falar naquela parte que, simplesmente, é roubada.

Não é isso o que Meirelles, Temer & cia. chamam de "ajuste"?

Porém, não são somente os investimentos e gastos do governo em geral que são cortados ou desviados.

Os próprios gastos em Segurança foram brutalmente podados.

Somente em 2016, foram assassinados 453 policiais (aumento de 23,1% em relação a 2015) e houve 61.283 "mortes violentas intencionais" - crescimento de 4% em relação ao ano anterior (cf. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017).

Ao mesmo tempo, em 2016, as despesas do Fundo Nacional de Segurança Pública caíram 30,8%.

Quanto à 2017, podemos ter uma ideia a partir do que aconteceu no Rio de Janeiro, onde houve um bloqueio de R$ 1,4 bilhão nas verbas para a Segurança (-16,8%).

O Plano Nacional de Segurança Pública, anunciado pelo governo Temer em janeiro de 2017, com exceção de alguma miuçalha, não saiu do papel.

Porém, esta é uma forma inexata de abordar o problema, como se fosse possível analisá-lo recorrendo a um clichê (" não saiu do papel").

O objetivo desse plano nunca foi sair do papel – por isso, não saiu.

Não é muito diferente, hoje – aliás, é a mesma coisa – a história do "ministério da Segurança Pública".

Aliás, é algo cômico que, no momento em que o Rio está sob intervenção, com as Forças Armadas sendo usadas para fazer aquilo que é próprio da polícia, Temer tenha resolvido criar um Ministério para a Segurança Pública.

Não há coerência entre o uso das Forças Armadas - que estão no Ministério da Defesa – em tarefas de Segurança Pública e a criação do "ministério da Segurança Pública". Se a política é o uso das Forças Armadas, o que vai fazer esse ministério?

Obviamente, nada. Pelo menos, nada de útil.

Exceto, talvez, garantir por alguns meses um cargo de ministro para o sr. Jungman.

CARLOS LOPES

Agora o PT exige pressa do STF

A senadora Gleisi Hoffmann (PR), presidente nacional do PT, criticou a "demora" do Supremo Tribunal Federal (STF) em pautar o pedido de habeas corpus preventivo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que está na Corte.

"A gente não consegue que o Supremo Tribunal Federal se manifeste sobre o habeas corpus que está lá, que pelo menos paute isso e se manifeste contra ou a favor", disse a presidente do PT.

Com o HC, a defesa do petista tenta evitar uma prisão antes do processo transitar em julgado, ou seja, chegar ao Supremo. O pedido já foi negado pelo ministro Luiz Edson Fachin, que enviou o caso ao plenário. A decisão de pautar o assunto cabe à presidente da corte, Cármen Lúcia.

Até pouco tempo, a defesa de Lula e o conjunto das lideranças do partido questionavam à exaustão o que consideravam "pressa" do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) de julgar o processo referente ao triplex de Guarujá (SP). Não raras vezes, eles acusaram a Corte de desrespeitar a isonomia de tratamento.

O julgamento no TRF-4, em janeiro, confirmou sua condenação e aumentou a pena para 12 anos e um mês de prisão. Os advogados entraram com embargos de declaração, para esclarecer pontos da sentença. Após o julgamento dos embargos, a prisão do petista poderá ser decretada, antes de recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao STF.

Hydro construiu "duto clandestino" para lançar rejeitos em rios do PA

MPF pediu suspensão das atividades na barragem de Barcarena (PA). Amostras de água apresentam substâncias nocivas para a população, aponta IEC

O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Pará recomendaram, na última sexta-feira (23), que a mineradora norueguesa Hydro Alunorte suspenda imediatamente as atividades em uma de suas barragens de rejeitos de beneficiamento de bauxita em Barcarena (PA), após identificar que o vazamento de rejeitos atingiu diversas comunidades na região metropolitana de Belém.

Além disso, os MPs afirmaram que a barragem opera sem licença ambiental, "apenas com um instrumento precário de 'autorização de testes' ou 'comissionamento'", e que não há um plano de alarme emergencial da empresa para a comunidade caso haja algum rompimento ou desastre.

A norueguesa Norsk Hydro é uma das maiores mineradoras do mundo e controla a maior parte da cadeia do alumínio no Pará. No Estado, ela é dona da Mineração Paragominas S/A , que explora uma mina de bauxita; da refinaria de alumina da Alunorte; da fábrica de alumínio da Albras; e da Companhia de Alumina do Pará, as três no município de Barcarena.

Após insistente denúncia da população, e diversas negativas da mineradora e de fiscalizações da Secretaria de Meio Ambiente do Pará, um laudo do Instituto Evandro Chagas (IEC) constatou o vazamento de rejeitos e a presença de diversos metais pesados, inclusive de chumbo, em rios das comunidades no entorno na barragem.

Para o Governo do Pará, o vazamento ocorreu devido às fortes chuvas do período. Já para o MPF e o MPP, a mineradora é responsável e tem grande histórico de crimes ambientais na região, além de não pagar indenizações aos órgãos ambientais e às famílias afetadas.

DUTO

O laudo do IEC apontou que os rejeitos de bauxita da Hydro transbordaram no dia 17 de fevereiro, após fortes chuvas, e atingiram comunidades no município de Barcarena.

A perícia do Instituto flagrou um duto clandestino da mineradora, que conduzia resíduos poluentes para a mata, contaminando o meio ambiente e chegando às comunidades.

Na sexta-feira (24), o procurador da República Ricardo Negrini afirmou que "sem dúvida nenhuma" os rejeitos foram transmitidos ao meio ambiente. "Essa passagem [de rejeitos] certamente se deu por uma tubulação que foi verificada no local, tubulação que não estava prevista no licenciamento ambiental, e também pode ter se dado por extravasamento das bacias [de resíduos]", disse Negrini. O procurador afirmou ainda não haver dimensão das consequências do incidente.

HYDRO

A Hydro voltou a negar neste domingo o vazamento de rejeitos, segundo comunicado da empresa "as vistorias internas e externas não constataram provas de transbordo ou vazamento dos depósitos de resíduos de bauxita na Hydro Alunorte".

Mas, em audiência pública promovida por comissão externa da Câmara dos Deputados, na última sexta-feira (23), o vice-presidente nacional da Hydro Alunorte admitiu a existência de duto clandestino em Barcarena. Na audiência estiveram presentes representantes de 60 comunidades afetadas, além de integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Defensoria Pública.

O deputado Edmilson Rodrigues (PSol-PA), coordenador da comissão, disse que "foi denunciada pela comunidade a saída clandestina de resíduos que não foram levados diretamente para o rio, mas para a mata, em uma tentativa de esconder o problema. Da mata, a lama vermelha vai para o rio, causando sérias doenças na população [...] Na audiência, o senhor Sílvio Porto, vice-presidente nacional da Hydro, teve de reconhecer que havia um duto".

IMPACTOS

Segundo o IEC, as amostras de água coletadas em Barcarena apresentaram números elevados de diversas substâncias nocivas aos seres humanos, como fósforo total, alumínio, nitrato de sódio, chumbo, além da elevação da alcalinidade das águas. Ainda de acordo com laudo, as populações das três principais comunidades afetadas, Bom Futuro, Vila Nova e Burajuba, possuem, em sua maioria, poços artesianos de baixa profundidade em casa, o que facilita a contaminação pelo resíduo.

Entre os principais danos causados pela contaminação estão problemas dermatológicos, respiratórios, neurológicos, cardiovasculares e digestivos.

A presidente da Associação Indígena e Quilombola da Amazônia (Cainquiama), Maria do Socorro Costa da Silva, moradora da Comunidade de Burajuba, com população de 1.400 habitantes, afirmou que "o vazamento das bacias já contamina as comunidades, mas o pior é que os próprios funcionários da Hydro avisaram a gente, agora pela manhã, que se houver ou rompimento dessas bacias, nós, os moradores, teremos de sair às pressas de nossas casas, porque tudo ficará soterrado, sob escombros da lama vermelha". Entrevistada pelo blog Ver-o-Fato, Maria afirmou que por denunciar a empresa sistematicamente, vem recebendo ameaças de morte.

O pastor evangélico Roberto Costa de Souza, que lidera 6 mil pessoas na comunidade Água Verde, afirma que a contaminação dos rios é sua maior preocupação. "O rio Murucupi, um dos principais da região, está morto. É só uma lama vermelha. A empresa possui três estações de tratamento de esgoto que despejam resíduos nos rios da região", denuncia.

HISTÓRICO

A Hydro Alunorte é reincidente, já foi multada em 2009 pelo Ibama por vazamento de rejeitos de bauxita no rio Murucupi, na época colocando a população local em risco e gerando mortandade de peixes e destruição significativa da biodiversidade. As multas, que somam R$ 17,1 milhões, não foram pagas até hoje. A empresa recorreu e informou que acompanha os processos.

O procurador da República, Bruno Valente, destacou que "o transbordamento de lama da bacia de rejeitos da Hydro afetou uma série de comunidades em 2009 e até hoje nunca houve uma compensação ou pagamento de multa".

"O histórico de acidentes ambientais em Barcarena é impressionante, uma média de um por ano", disse o procurador, que assina uma ação civil pública movida em 2016.

CAMILA SEVERO

Laudo do Instituto Evandro Chagas revelou o duto clandestino e o impacto ambiental causado pelo vazamento na barragem da multinacional norueguesa

Como é fácil quebrar a Eletrobras!

ROBERTO PEREIRA D'ARAÚJO*

São raros os países que têm a hidroeletricidade como base de sua energia elétrica. Apenas Noruega, Canadá, Venezuela, Suécia e Brasil estão nesse grupo. A maior produtora de hidroeletricidade é a China, mas seus mais de 800 TWh representam apenas 15% do seu consumo. Nenhum desses países têm essa estrutura em mãos privadas. Alguém poderia desconfiar de tendências socialistas no caso da Venezuela, mas todos os outros parecem isentos desse viés ideológico.

O Brasil, se vender a Eletrobras, passará a ser o único do grupo que abre mão do controle do estado, apesar dessa singularidade e da externalidade essencial da água. Infelizmente, bizarros planos e muita desinformação dominam o debate no nosso gigante adormecido. Aqui, defende-se com galhardia o que deveria ser uma derrota. Ressurgindo da década de 90, há a opinião que de que estatais devem ser vendidas porque não se consegue blindá-las de influências políticas. Em palavras bem mais simples, o Brasil não pode ter estatais porque "o estado não tem jeito". Se isso é estratégia digna de uma sociedade, estamos prestes a ser ainda mais devorados pelo estado, pois, se há ainda um resquício de eficiência nele, ela está nas empresas e não nos ministérios ou no congresso.

A desinformação, se fosse uma montanha, seria o Everest. Aqui, teses são veiculadas na imprensa sem qualquer preocupação de demonstração de veracidade. A mais recente é a da "ineficiência" da Eletrobras como se esse defeito surgisse espontaneamente de dentro dos seus escritórios. Nesse momento de delírio, esquece-se quem é o controlador da empresa e as políticas que a ela foram impostas. Mais ainda! Amnésia total sobre os braços do setor privado que participavam felizes da fragilização continuada da empresa quando ocorriam.

Mas, para mostrar com um exemplo concreto sobre o nível de tapeação, peço a paciência dos leitores para ir a fundo em uma das políticas destrutivas mostrando com números o enorme fosso entre o veiculado e a realidade. Para isso vou lembrar o que ocorria em 2011 quando a FIESP lançou uma campanha defendendo a redução tarifária, sob o nome "Energia a preço justo". Surpreendentemente para quem tenta ver o Brasil com óculos ideológicos, o governo Dilma atendeu prontamente o desejo da poderosa FIESP com sua medida provisória 579/2012 que impôs receitas baixíssimas às usinas e linhas da Eletrobras.

Vale a pena entrar nos números que resultaram dessa política. Em tempo recorde, a agência reguladora emitiu uma nota técnica (385/2012-SER/SRG/ANEEL) que, rasgando todos os registros contábeis, até mesmo os aprovados por ela, adotou um modelo matemático para definir que usinas antigas só poderiam cobrar seus custos de operação e manutenção. Em que rio a usina se encontra? Não interessa. Quantas máquinas tem a usina? Irrelevante. Que funções operacionais ela desempenha. Desprezível. Para a ANEEL, apenas dois números são capazes de dizer o quanto uma usina precisa de recursos financeiros. O primeiro, a potência. O segundo, um cálculo de escritório denominado garantia física (GF).

Vejam o exemplo da usina de Furnas, no Rio Grande, Minas Gerais. Ela tem 1216 MW de potência e uma GF de 598 MW médios. O modelo matemático calculou que essa usina deve receber R$ 40,6 por kW instalado por ano. Portanto, com a potência 1216 MW (1.216.000 kW) sua receita anual seria R$ 49.369.600,00. Parece muito, não? Só que essa usina gera 5.238.480 MWh no ano. Portanto, dividindo a receita pela energia, a usina de Furnas recebe R$ 9,42/MWh. Os consumidores pagam mais de R$ 250/MWh mesmo com esses MWh quase gratuitos!

Não foi só Furnas. Cerca de 14.000 MW da Eletrobras passaram a receber essa ninharia. Mesmo assim a tarifa brasileira é uma das mais altas do mundo. Imagine qual seria o preço caso essa "quebra" da Eletrobras não fosse programada. Numa conta aproximada, como as usinas atingidas representam cerca de 16% do total hidroelétrico, se elas estivessem vendendo energia por R$ 200, a tarifa teria que ser 15% mais cara!

Ora, R$ 9,42 equivalem a menos de US$ 3. Procurem apenas um exemplo nesse planeta onde alguma fonte de energia entregue esse serviço por esse valor no longo prazo. Só mesmo no Brasil.

O que realmente envergonha é a cara de pau das figuras no atual grupo no poder, que, diga-se de passagem, tem diversos personagens que estavam no topo do governo anterior supostamente "golpeado". É evidente que a suspeição fica latente em quem conhece o setor. Como esses senhores não sabiam dos efeitos da fragilização continuada da estatal? Como um certo personagem publica um artigo no jornal Valor em 26 de novembro de 2012 denominado "Medida Provisória 579, a MP da competitividade" elogiando a política que certamente iria quebrar a estatal e hoje esse mesmo senhor ocupa a posição mais alta do Ministério que quer privatizar a empresa? Como é fácil quebrar a Eletrobras!

Roberto Pereira D'Araujo* *é engenheiro e diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético – Instituto Ilumina*

MP 579, editada pelo governo Dilma destruiu as receitas das usinas hidroelétricas como Furnas

Temer repete Lula e jura que fazenda em nome de coronel laranja não é sua

Michel Temer repete a mesma cantilena dos depoimentos de Lula na Lava Jato e jura que a fazenda, que fica na cidade de Duartina, interior de São Paulo, registrada em nome de seu laranja, o coronel aposentado João Baptista Lima, não é sua.

O coronel Lima é um dos operadores de propinas de Temer e é o proprietário da Argeplan, empresa que é investigada por irregularidades em um contrato de R$ 162 milhões para executar serviços na usina nuclear de Angra 3. A fazenda, que chegou a ser invadida algumas vezes pelo MST, estaria oficialmente em nome da empresa do coronel. Segundo executivos da J&F, Lima recebeu R$ 1 milhão de propina paga pela JBS para Temer.

O inquérito que investiga subornos pagos a Michel Temer em troca de um decreto para beneficiar empresas que atuam no Porto de Santos, entre elas a Rodrimar, pretende ouvir o coronel Lima, mas este vem apresentando atestados médicos protelatórios há pelo menos oito meses.

A PF pediu na sexta-feira ao relator, ministro Luiz Roberto Barroso, a prorrogação das investigações por mais 60 dias. O delegado responsável pelo caso, Cleyber Malta Lopes, reclamou da demora da Procuradoria Geral da República (PGR) em analisar pedidos feitos pela PF.

Segundo o executivo da JBS Ricardo, Saud a entrega de R$ 1 milhão – em dinheiro vivo – de propina da JBS para Temer foi feita diretamente para o coronel João Batista Lima, na sede da Argeplan, em São Paulo. A PF considera o interrogatório do coronel aposentado importante para esclarecer, entre outras coisas, suspeitas sobre papéis apreendidos na casa e na empresa do coronel.

Leia matéria completa em www.horadopovo.org.br

Governo aprova a venda de participações da Eletrobrás em 70 sociedades específicas SPEs

O governo aprovou no Conselho de Administração da Eletrobrás, na última sexta-feira (23), a venda de participações da estatal em 70 empresas controladas pelas subsidiárias nas áreas de energia eólica e de transmissão de energia.

Em comunicado, a Eletrobrás informou que o objetivo é realizar a operação por meio de um leilão, previsto para ocorrer em sete de junho.

Essas 70 empresas que serão entregues a iniciativa privada, são Sociedades de Propósito Específico (SPEs) cuja atividade é bastante restrita, podendo em alguns casos ter prazo de existência determinado. As SPEs costumam ser utilizadas para grandes projetos de engenharia, como na construção de usinas hidroelétricas e redes de transmissão. O governo pretende vender a participação da Eletrobrás nas usinas de energia eólica e nas companhias de transmissão como a Amazônia-Eletronorte Transmissão S.A. e Brasnorte Transmissora de Energia S.A..

A venda da participação da estatal nessas SPEs é mais um passo para o desmonte completo da Eletrobrás. Segundo o entreguista Wilson Ferreira Junior, colocado por Temer na presidência da empresa, o objetivo é arrecadar R$ 4,6 bilhões com a entrega do patrimônio.

Essa não é a única medida tomada pelo governo para enfraquecer a Eletrobrás. No início do mês, esse mesmo conselho, que tem como sócio majoritário a União, aprovou a privatização das seis distribuidoras de energia administradas pela estatal e que ficam em estados do Norte e do Nordeste. O governo pretende fazer o leilão das distribuidoras ainda no primeiro semestre de 2018.

Estudantes ocuparam as galerias e acompanharam votação do relatório

Vereadores aprovam relatório em defesa do meio-passe estudantil em Porto Alegre

Com as galerias do plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre lotadas de estudantes, foi aprovado, na última sexta-feira (23), pela Comissão Especial do Transporte Coletivo, relatório contrário aos seis projetos sobre alterações no transporte coletivo da capital, enviados a casa pelo prefeito Nelson Marchezan (PSDB).

Os projetos enviados a Câmara Municipal por Marchezan propõem a extinção do meio-passe para estudantes de cursos pré-vestibulares, profissionalizantes e pós-graduação, além da limitação de 50 passes estudantis mensais, excluindo o uso do benefício para acesso à cultura, esporte e lazer.

Para o relator, vereador Cláudio Janta (SD) "a comissão chegou ao fim traduzindo a reivindicação expressa pela sociedade, ao longo dos trabalhos: Transporte eficiente e de qualidade não se faz retirando direitos", disse Janta.

Segundo o vice-presidente da Comissão, vereador André Carús (PMDB) "a juventude deve ter garantido o seu direito de acesso à educação, cercear o acesso dos jovens às escolas e universidades é um atentado às gerações futuras".

A presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (UMES-PA), Vitória Cabreira, comemorou a aprovação do relatório. "Uma grande vitória dos estudantes nessa queda de braço com Marchezan. Mostramos de novo nossa força de mobilização e ficou claro que o prefeito não tem força nenhuma para tirar o meio-passe dos estudantes". Já Gleison Minhos, presidente da União Gaúcha dos Estudantes (UGES), ressaltou que: "A pressão dos estudantes foi fundamental para o resultado positivo, seguimos mobilizados contra os ataques do Marchezan".

RS: Secretário de Sartori diz se arrepender de não ter fechado mais salas de aula

O secretário da Educação do Rio Grande do Sul, Ronald Krummenauer, disse que está arrependido por não ter fechado mais escolas no estado. Desde 2009, 239 unidades foram fechadas no Rio Grande do Sul. Somente neste ano, a capital Porto Alegre já desativou seis escolas.

Segundo o secretário, a diminuição no número de alunos nos últimos anos, fruto da queda na taxa de natalidade, deve inevitavelmente levar ao fechamento de mais escolas. A declaração foi dada durante entrevista ao jornal gaúcho Zero Hora, na última quarta-feira (21).

Ao invés do governo priorizar a qualidade de ensino e valorização dos professores, o membro do governo Sartori, age para sucatear o ensino.

Professores e pais de alunos criticam essa política de fechamento de escolas. O CPERS-Sindicato, que representa os professores estaduais, se posicionou contra a medida. Segundo uma das diretoras da entidade, Sandra Regio. "O número de alunos realmente vem diminuindo, mas isso não é motivo para fechar escolas", diz ela, apontando que as escolas com menos alunos poderiam implementar projetos de turno integral, ao invés de serem fechadas. "Às vezes, a escola é o que centraliza uma comunidade", comenta Sandra.

Richa diz que investigado na Lava Jato é 'assessor distante'

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), disse não ter conhecimento do esquema de propinas denunciado pela 48ª etapa da Operação Lava Jato. Segundo Richa, Carlos Nasser, investigado na operação é apenas um "assessor distante".

Na quarta-feira (21), a Polícia Federal deflagrou a Operação Integração, 48ª etapa da Lava-Jato que investiga o pagamento de propina da concessionária Econorte, do grupo Triunfo, a agentes públicos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), do DER, do Paraná, e da Casa Civil do governo Beto Richa (PSDB), que inclusive, foi alvo de mandatos de busca e apreensão. A concessionária teria usado os operadores financeiros Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran para fazer os repasses.

A operação também acusou agentes do governo do estado de superfaturar a tarifa, em até 400%, nas 27 praças de pedágio existentes no Paraná.

O relator da CPI dos Pedágios na Assembleia Legislativa do Paraná, em 2014, deputado Péricles de Mello (PT), afirmou nesta sexta-feira (23) que o governador Beto Richa (PSDB) é o responsável direto pelo aumento das tarifas de pedágio nas rodovias paranaenses.

Segundo ele, o tucano ignorava os índices indicados por técnicos do DER para agradar as concessionárias. "O governador Beto Richa sempre foi uma "mãe" para as concessionárias de pedágio e um carrasco para os usuários das estradas paranaenses", declarou o deputado.

DISTANTE

Beto Richa disse que Carlos Nasser, o Naninho, seria apenas um "assessor distante" e determinou o seu afastamento e a abertura de um processo para apurar as irregularidades. No entanto, o governador não explicou como este "assessor distante" o acompanha desde o sua gestão na Prefeitura de Curitiba (2005-2009).

Ao que tudo indica, Richa está cercado por pessoas "distantes", já que, usou a mesma figura para classificar Luiz Abi Antoun, acusado na Operação Publicano, que investiga roubos nas verbas das escolas paranaenses.

Segundo o governador, Luiz Abi Antoun é apenas seu "primo distante".

Gandra deixará a presidência do TST

Ives Gandra veta aumento de salários decidido na Justiça

O ministro Ives Gandra Martins Filho, que está de saída da presidência do Tribunal Superior do Trabalho, aplicou mais uma medida contra os trabalhadores. O ministro acolheu recurso do sindicato patronal dos transportes metropolitanos de Vitória, no Espírito Santo, e reduziu o valor do reajuste que a categoria havia conquistado após dissídio coletivo.

Os acordos coletivos do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Espírito Santo (Sindirodoviários) foram determinados por meio de liminar do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, que julgou o dissídio de greve e definiu aumento de 3%, o que caracterizava aumento real de 1,2%.

O Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBUS) recorreu ao TST alegando que o aumento foi maior que o da inflação e os "parâmetros utilizados não foram adequados".

O argumento do ministro foi o de que o reajuste no salário dos trabalhadores rodoviários "não pode" ficar acima da inflação. Isso porque, segundo ele, para haver aumento "seria indispensável a comprovação do aumento da lucratividade e produtividade da Empresa, o que aparentemente não ocorreu". Ele estipulou que o reajuste tem de fuçar em 1,8%.

Já o aumento da passagem pode aumentar. O sistema de ônibus Transcol está custando R$ 3,40. A tarifa anterior era de R$ 3,20, o que significa um aumento de 6,25%. O valor da passagem no sistema municipal está R$ 3,35, - antes era R$ 3,15, um reajuste de 6,5 %.

O presidente do Sindirodoviários-ES, Edson Bastos, disse que pretende entrar com ação na justiça novamente: "A gente não foi notificado oficialmente ainda. Quando a gente for, já temos uma equipe de advogados analisando o que pode ser feito", disse.

Fonacate: "Elevar alíquota dos servidores é inconstitucional"

Presidente do Fórum de Carreiras Típicas do Estado, Rudinei Marques

Presidente do Fórum de Carreiras típicas do Estado concedeu entrevista ao HP

A proposta de aumento da alíquota de contribuição dos servidores públicos, prevista na Medida Provisória 805 (MP 805/2017) é inconstitucional, afirmou o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, em entrevista ao HP.

A MP enviada ainda no ano passado por Temer consistia em aumentar a contribuição previdenciária dos servidores públicos federais e suspender o reajuste da categoria até 2019. Pelo texto da MP, o aumento se daria de forma progressiva: ela se manteria nos atuais 11% para quem ganha abaixo de R$ 5.531,31 (o teto do INSS), e 14% para quem ganha acima, com a diferença de que apenas seriam tributados os valores que ultrapassar o limite estipulado.

Por exemplo, alguém que receba R$ 6 mil, terá os primeiros R$ 5.531,31 descontados em 11%, e os R$ 468,69 restantes descontados em 14%. Ou seja, são duas alíquotas sobre o mesmo salário. Além disso, a MP também elimina o auxilio moradia gradualmente, até que atinja apenas 25% do valor de remuneração do cargo ou função comissionados.

No final do ano passado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, atendeu a pedido liminar de associações de servidores da Receita Federal e suspendeu o aumento da alíquota e o fim do reajuste. Para o ministro, a medida reduzia a remuneração dos servidores, indo de encontro ao direito à "irredutibilidade" dos salários, garantido pela Constituição Federal. A suspensão foi enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) no início deste e mês e aguarda julgamento da corte.

Para Rudinei, uma mudança como essa "tem que passar pelo Congresso Nacional. Não pode ser feita como MP. Mesmo assim, o texto da medida é inconstitucional, a jurisprudência também é toda contra a aprovação de uma alíquota progressiva".

Segundo o dirigente, há poucas chances de que o governo consiga de fato aprovar um aumento da alíquota de contribuição previdenciária. "Esta MP só vale até abril, e nós temos ainda a noventena, que são os 90 dias que a instituição de novos tributos deve esperar para valer. Somam-se a isso as eleições e o ano já está terminado, quem vai querer aumentar os tributos de todos esses servidores no mês das eleições?", concluiu Rudinei.

Os servidores vêm se organizando e fazendo diversas mobilizações no sentido de barrar essa medida e, com o prazo de validade terminando em abril, o governo já começa a considerar outras formas de passar o assalto aos servidores.

Segundo o vice-líder do governo na Câmara, deputado Beto Mansur (PRB-SP), em vista da impossibilidade de votar a reforma da Previdência, e sem a MP do aumento da alíquota, resta ao governo tentar alterá-la por meio de lei complementar. "A idade mínima só com reforma constitucional. Mas aumento da alíquota de contribuição do servidor pode passar por lei complementar. É um dos itens que precisa ser discutido. O governo mandou por meio de medida provisória, foi discutido no Supremo porque alíquotas estavam sendo progressivas. Temos que achar alternativa respeitando a legislação", disse o deputado.

Ou seja, o governo tentará de todas as maneiras saquear o servidor. Mas o Fonacate e demais entidades o serviço público federal vêm organizando diversos atos para impedir que esta medida passe. Ainda no último dia 20 a entidade organizou um enterro simbólico da reforma da Previdência em Brasília. Os servidores estiveram durante todo o ano passado mobilizados contra os ataques do governo e do "ajuste" fiscal imposto por Temer, através de audiências públicas, manifestações e atos na Capital e nos estados.

A suspensão da MP foi enviada à Suprema Corte pelo ministro Lewandowski no dia 1º de fevereiro e até agora não há sinalização de julgamento.

ANA CAMPOS

Trabalhadores sem carteira assinada têm salários 44% menor dos que têm registro

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os salários dos trabalhadores que não têm carteira assinada é 44% menor do que os que têm registro.

No 4º trimestre de 2017, o trabalhador formal, ou seja, com carteira assinada, recebeu, em média, R$ 2090, enquanto no trabalho informal R$ 1179, ou seja, R$ 911 a menos. A diferença no 1º trimestre do mesmo ano era 17 pontos percentuais menor, 60,4%, ou R$ 769, sendo a remuneração por trabalho formal R$ 2041 e informal R$ 1272.

A pesquisa mostra ainda a queda de 0,7% dos trabalhadores formais e o crescimento de 9,2% dos informais no mesmo período (ver mais informações na sessão de política).

Para a economista Silvia Matos, da FGV, "o trabalhador perdeu um poder de barganha, esse é o ponto. A participação no emprego formal continua caindo, e, provavelmente, ainda vai demorar para voltar ao que foi no passado", afirma a economista.

Além de ter uma menor remuneração, o trabalho informal não conta com 13º salário, férias remuneradas e muita vez acontece em lugares insalubres. "O trabalho sem carteira assinada é ilegal e vai pegar ocupações mais precárias, menos qualificadas, por isso o rendimento é menor", apontou o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo.

Banco abriu um plano de demissões que deverá atingir quase 3 mil

Caixa abre 3º PDV em menos de um ano

Depois de duas mal sucedidas tentativas de demitir 10 mil funcionários, a Caixa Econômica Federal abriu, na sexta (23/02), o terceiro Plano de Demissão Voluntária (PDV) em menos de um ano.

O banco abre o programa com um número máximo de 2.964 funcionários, para tentar, caso esse número seja atingido, economizar R$ 500 milhões a partir de dezembro desse ano. As demissões são feitas a partir do Programa de Desligamento de Funcionários, que já aconteceram duas vezes em 2017, quando foram demitidos cerca de 7.200 funcionários, mesmo tendo sido estabelecida uma meta de 10.000 desde a primeira.

O Sindicato dos Bancários de Brasília (Bancários-DF) vê isso como uma tentativa de privatizar o banco e seus serviços. "O fechamento de agências e postos de trabalho, os programas sociais sendo sucateados para que os bancos privados possam tomar conta disso. É uma estratégia ampla para tirar, por exemplo, o Fundo de Garantia e o Programa de Integração Social (PIS) da Caixa", disse o presidente do sindicato, Eduardo Araújo, em entrevista à TVT.

O programa atingirá aposentados pelo INSS até a data de desligamento; ou aptos a se aposentarem pelo INSS até 31/12/2018, ambos os casos sem exigência de tempo; e funcionários com, no mínimo, 15 anos de trabalho na Caixa.

Reajuste dos aposentados ficou abaixo da inflação

Cobap: 'Benefícios do INSS devem ser corrigidos conforme a inflação'

A Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP) afirmou que manterá a pressão sobre o governo para que seja corrigido o reajuste das pensões e aposentadorias acima de um salário mínimo.

De acordo com a entidade, o reajuste deveria der de 2,95%, uma vez que foi adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC). No entanto, o índice concedido foi de 2,07%, ou seja, uma perda de 0,88 pontos percentuais.

O reajuste foi o menor já concedido desde a implantação do Plano Real, em 1994, denuncia a Confederação. O piso das aposentadorias respeita o aumento do salário mínimo, que foi de 1,81%. Portanto, o piso subirá de R$ 937 para R$ 954. Em todos os casos, é o menor reajuste dos últimos 24 anos.

"As perdas salariais históricas dos aposentados e pensionistas acumularam 84,52% no período de setembro de 1994 até janeiro de 2018. A COBAP continua na luta pela recuperação dessas perdas", afirmou a entidade em nota divulgada em seu site.

HP ESPORTES
VALDO ALBUQUERQUE

Daniel Augusto Jr./Corinthians

Comemoração da vitória no Itaquerão

Timão se reabilita em cima de seu arquirrival Palmeiras

Com direito a golaço de Rodriguinho e polêmica em pênalti, o Corinthians venceu o arquirrival Palmeiras por 2 a 0, no Itaquerão. O Timão vinha de duas derrotas e dois empates em partidas contra times do interior, enquanto o Verdão tinha uma campanha invicta em 2018. Somando os resultados do ano passado, já são quatro vitórias seguidas do Alvinegro de Parque São Jorge sobre o Palestra.

Sem centroavante de ofício desde a venda de Jô – Kazim não vale -, o técnico Fábio Carille mudou o esquema de jogo e repetiu a campanha de 2012, sem jogador referência e dois volantes, Gabriel e Renê Junior, que, aliás, fez uma boa partida. Já o Palmeiras, entrou em campo com sua equipe estrelada.

A partida estava parelha até os 39min da primeira etapa, quando, após 28 passes (1min e 23s), Rodriguinho deixou Antonio Carlos e Borja no chão e chutou cruzado para abrir o placar.

Na segunda etapa, Cássio defendeu chute à queima roupa de Borja. Posteriormente, Jaílson levantou o pé demais, ferindo a coxa de René Junior, e cometeu pênalti claro. O problema foi que o juiz Raphael Klaus demorou demais para assinalar a penalidade máxima, causando revolta da equipe do Verdão, ainda mais com a expulsão do goleiro. Mas Jadson desperdiçou a cobrança. Clayson fechou o placar, em pênalti sofrido por Rodriguinho.

Taça Rio – Em Cuiabá, o Fluminense goleou a equipe reserva do Flamengo por 4 a 0, pela Taça Rio (segundo turno do Campeonato Carioca), gols de Marcos Junior (2), Gilberto e Pedro. O técnico Paulo César Carpegiani poupou a equipe titular em função do jogo contra o River Plate (Argentina), na quarta-feira (28/02), pela Taça Libertadores da América. O técnico do Tricolor, Abel Braga, ressaltou a grande atuação da sua equipe. Parêntese: Fla-Flu fora do Maracanã e de domingo é dose.

Governo do RN veta próprio projeto que previa abono aos servidores por 13º salário atrasado

O Governo do Rio Grande do Norte irá vetar o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa que criava um abono aos servidores estaduais como forma de compensação pelo atraso no pagamento do décimo terceiro salário de 2017.

A ideia do projeto era de que o estado deveria pagar os servidores em seis parcelas com um abono, relativo ao atraso, de 12,43%. Para aqueles que quisessem, o Banco do Brasil abriria uma linha de crédito especial, cujo pagamento deveria ser feito em seis vezes, acrescidos juros iguais ao abono. O servidor poderia pegar o empréstimo e pagá-lo com as parcelas que receberia do governo.

Porém, ao anunciar o veto, o governo alegou "dificuldades encontradas nas tratativas com os bancos" e, por isso, vetará o projeto apresentado pelo próprio governador Robinson Mesquita de Faria (PSD).

O governo anunciou que apresentará outra proposta até a quarta-feira (28/02), desta vez de pagamento escalonado.

HP 28 DE FEVEREIRO E 1º DE MARÇO DE 2018

Atropelo anti-democrático de Maduro colhe maior isolamento internacional

A Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou na última sexta-feira (23) uma resolução na qual pede ao governo venezuelano que "reconsidere a convocação de eleições presidenciais", que antecipou unilateralmente para o dia 22 de abril, "e apresente um novo calendário eleitoral".

A gravidade dos atropelos cometidos por Maduro fizeram com que mesmo governos independentes dos Estados Unidos e tradicionalmente aliados da Venezuela, como Nicarágua e El Salvador, se abstivessem da votação.

Entre outros abusos, salta aos olhos a antecipação das eleições do Parlamento - controlado pela oposição - de 2020 para este ano, o que reduz os mandatos dos deputados em 24 meses, e o fato do governista Conselho Nacional Eleitoral (CNE) ter dado apenas quatro dias - da última sexta-feira até segunda - para a inscrição das candidaturas presidenciais.

Sem limites, Maduro queria ir além, e pressionava para que as eleições parlamentares fossem realizadas já, junto com as eleições presidenciais, o que nem mesmo o CNE conseguiu sustentar.

Aprovado por 19 votos a 5, com oito abstenções, o texto definido pelo Conselho Permanente da OEA aponta que o atual cenário "impossibilita a realização de eleições democráticas, transparentes e confiáveis" e solicita ainda que a Venezuela implemente medidas para evitar o agravamento da situação humanitária, frente à inflação galopante e à escassez de alimentos e de remédios.

O desequilíbrio de Maduro na condução do processo eleitoral, como de resto no do conjunto da política e da economia, abriu espaço para que os EUA lograsse seu objetivo e para que a direitista Mesa de Unidade Democrática (MUD) anunciasse que não inscreveria candidatos à disputa presidencial.

Síria: terroristas bombardeiam corredor humanitário em Guta

SANA

Bando Al Nusra bloqueia rotas de saída atirando bombas sobre os civis

A Rússia e a Síria estão redobrando esforços para resgatar civis que estão sob a condição de reféns do bando Al Nusra, ramificação da Al Qaeda

Além de seguirem atirando com morteiros sobre bairros residenciais de Damasco, os terroristas do bando Al Nusra (filhote da Al Qaeda, que depois do imenso desgaste por sua barbárie, comendo fígados e cortando cabeças de prisioneiros e reféns, mudou de nome para Hayat Tahrir Al Shams) estão bombardeando corredores por onde os civis da região de Guta Oriental (em particular das cidades de Douma e Daraya) procuram evadir-se da condição de reféns e escudos humanos na qual o bando os mantém.

A informação partiu do Ministério da Defesa da Rússia (MD).

Logo a após a resolução 2.401, através da qual o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu um cessar-fogo de 30 dias em toda a Síria, o porta-voz do MD, Yury Yevtushenko, alertou que "apesar do cessar-fogo aprovado na ONU, a situação em Ghouta Oriental continua a se deteriorar". Segundo ele, isso exige uma atenção redobrada pois "a resolução tem como uma das finalidades permitir entrega de ajuda humanitária às regiões ocupadas por forças hostis e a retirada de civis".

Os representantes do governo russo, na ONU, esclareceram que a Resolução 2.401 não inclui a suspensão dos embates com os integrantes do Daesh (Estado Islâmico) e da Nusra, considerados terroristas por todos os integrantes do CS da ONU. Além disso, o Centro de Reconciliação Russo, que atua na Síria, denuncia que grupos que os Estados Unidos consideram "moderados", a exemplo de unidades que estão agora em Guta, do Jaysh al-Islam, Ahrar al-Sham, Faylaq al-Rahman e a Brigada Fajr al-Ummah Brigade, estão se aliando aos proscritos da Nusra e, portanto, assim como este malfadado bando, passam, por conta dessa colaboração, à condição de alvos legítimos.

O major-genral Yury Yevtushenko, acrescentou que, na segunda, 26, 4 pessoas morreram em bombardeios sobre Damasco e 50 ficaram feridos, incluindo 16 crianças.

Ele também denunciou que sobram evidências de que há preparativos em Guta para uma simulação de ataque com bombas de gás tóxico, no âmbito "provocações para justificar novas intervenções estrangeiras".

Segundo ainda o porta-voz do MD da Rússia, militares russos prepararam, com a ajuda do Crescente Vermelho (a Cruz Vermelha Síria), um corredor humanitário ligando Guta ao campo de refugiados de Wafedeen (onde já estão abrigados sírios e palestinos que se deslocaram para se afastarem das zonas de conflito).

O major-general informa que o presidente Vladimir Putin está acompanhando de perto os acontecimentos em Guta e em conjunto com as forças nacionais sírias "orienta uma suspensão de ataques aos bandos terroristas em Guta das 9:00 h às 14:00 h, a partir do dia 27, para evitar perdas humanas em Guta".

O MD da Rússia também destaca que a cidade de Raqqa, antes considerada a capital do Daesh (Estado Islâmico) ainda sofre de uma dura situação humana pois à "liberação" bancada pelos EUA não se seguiu a recuperação da cidade e o apoio aos atingidos pela invasão, as organizações humanitárias não têm permissão de ali entrar.

Por fim, a Rússia está propondo, que agora, após a resolução 2.401, seja criada uma comissão humanitária especial sob os auspícios da ONU para supervisionar estas situações em toda a Síria.

NATHANIEL BRAIA

Prelados fecham Igreja do Santo Sepulcro em repúdio a impostos 'racistas' de Israel

Líderes cristãos: "são práticas similares às que atingiram os judeus nos dias obscuros da Europa"

As autoridades da Igreja do Santo Sepulcro, considerado o sítio mais sagrado da Cristandade, fecharam as portas da igreja em protesto contra nova lei que Israel faz incidir sobre a anexada Jerusalém Oriental, cobrando impostos sobre a igreja e permitindo o confisco de terras que as igrejas cristãs resolverem vender.

Em documento lido pelo líder da Igreja Ortodoxa Grega, Theophilos III, os religiosos consideram que "Israel está encetando um ataque sistemático e sem precedentes contra os cristãos e a Terra Santa".

No sítio, onde se crê teria sido enterrado Jesus Cristo, há uma igreja que é administrada conjuntamente pelos Ortodoxos Gregos, Apostólicos Armênios e Católicos Apostólicos Romanos. No documento lido diante das portas da Igreja, a modificação em termos de impostos são denunciadas como "um atentado para enfraquecer a presença cristã em Jerusalém", através de uma "lei racista e discriminatória".

"Esta lei horrenda que será debatida em um encontro de um comitê ministerial, se aprovada, torna possível a expropriação de terras das igrejas", adianta o documento.

"Isto nos lembra a todos de leis de natureza similar, baixadas contra os judeus nos períodos mais negros na Europa".

A prefeitura de Jerusalém anexada também quer cobrar impostos de hotéis e refeitórios mantidos pela Igreja para receber os milhares de peregrinos todos os anos, alegando que devem pagar mais, "pois não são locais de oração".

Presidente sul-africano promete compensar terra usurpada pelo apartheid

O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, se comprometeu a devolver para o povo as terras tomadas pelos latifundiários brancos, sobretudo durante o regime de apartheid, para acelerar o processo de redistribuição de terras no país. "Será dessa forma que daremos acesso equitativo à terra para o povo, da mesma forma que garantiremos a segurança da posse".

Ao explicar o processo de redistribuição de terra, Ramaphosa afirmou que o governo utilizará "a expropriação de terras sem compensação". Para ele, este será o método "mais viável" para "acelerar a redistribuição da terra para os sul-africanos negros". Para Ramaphosa, essa transferência deve se dar de forma a mostrar "esse processo de redistribuição da terra como uma oportunidade e não como uma ameaça".

A medida visa combater a disparidade econômica observada no país que, durante séculos de colonialismo e décadas de apartheid, possibilitou, conforme o relatório estatal Land Audit (Auditoria Terrestre), que os brancos, apenas 9% da população sul-africana, detivessem 23,6% das terras agricultáveis e 11,4% da propriedade urbana. Em comparação, os negros, que representem 79% da população, detém apenas 1,2% das terras agricultáveis e 7% da propriedade urbana.

Sobre as possíveis implicações econômicas da medida, o governo disse que "ao lidar com esse assunto complexo" agirá com "responsabilidade" para não "prejudicar a economia", garantindo o nível da "produção agrícola".

Antecipação da transferência da embaixada dos EUA a Jerusalém é condenada pela Liga Arabe

O presidente da Liga Árabe, Ahmed Abul Gheit, condenou, no sábado o anúncio de Washington de que vai mover a embaixada dos Estados Unidos para Jerusalém em Maio: "É um novo e perigoso capítulo em uma série de provocações e decisões desastradas".

CATÁSTROFE

Para ele, "são decisões que se colocam no limiar de destruir as últimas esperanças de paz e coexistência entre israelenses e palestinos".

O deslocamento de Tel Aviv (onde está a embaixada dos EUA e as demais dos que mantêm relações com Israel, por causa da anexação ilegal pelas leis de Genebra e Resoluções da ONU) para a capital reivindicada pela Palestina, prevista para o dia 14 de maio, data em que, em 1948, era implantado o Estado de Israel, é para os palestinos o dia da "Nakba" (Catástrofe) pois a partir desta data se intensificou o terror com vias a realizar uma limpeza étnica acelerada e que levou ao deslocamento de 800 mil palestinos de sua terra natal.

A decisão mostra a falta de qualquer leitura razoável da natureza deste conflito que já se estende por 70 anos, acrescentou o líder árabe; "uma decisão que retira dos Estados Unidos qualquer competência para patrocinar o processo de paz", finalizou Gheit.

Em visita a Barcelona, o Rei Felipe VI é recebido com vaias

Milhares de pessoas realizaram um panelaço em diferentes pontos da cidade de Barcelona em rechaço à visita do rei Felipe VI, que assistiu ao jantar inaugural do Mobile World Congress (MWC), um encontro anual que trata da comunicação por celulares, no Palácio da Música Catalã. Essa foi a primeira visita do monarca à região depois do inicio da crise detonada pelo processo independentista, durante o qual Felipe VI defendeu as posições do governo de Mariano Rajoy que não deixa nenhum espaço para aumentar os direitos dos cidadãos da Catalunha.

O rei abandonou o Palácio escoltado por um forte dispositivo policial e sob a consigna de "Fora o Borbón" cantada pelos manifestantes. O protesto foi reprimido pelas forças de segurança, os Mossos d'Esquadra, deixando como resultado 19 feridos.

Nem o presidente do Parlamento catalão, Roger Torrent, nem a prefeita de Barcelona, Ada Colau, estiveram presentes na recepção que tradicionalmente se oferece ao rei quando visita as regiões da Espanha, embora assistissem ao encontro do MWC. Para minimizar o problema, a vice-presidente do governo espanhol, Soraya Sáenz de Santamaría, e o ministro de Energia, Álvaro Nadal, participaram da recepção ao rei.

Ada Colau justificou seu gesto afirmando que Felipe VI não teve um mínimo gesto de empatia em relação às pessoas que sofreram forte repressão durante os atritos com a polícia durante o referendo sobre a soberania da Catalunha realizado em outubro, e que o monarca pronunciou "um discurso duríssimo que avalizou a repressão em lugar de apaziguar o conflito e aportar serenidade".

Desde a Bélgica, onde está refugiado, o destituído chefe do governo catalão, Carles Puigdemont, publicou no Twitter que Felipe VI será bem-vindo à Catalunha quando peça perdão pelo seu papel inconstitucional de outubro, em referência à mensagem de apoio à imposição de uma unidade incondicional da Espanha, sem reconhecer nenhum dos problemas que abafam as diferentes nacionalidades que compõem o país.

Juncker pessimista: eleição na Itália levará a "um governo não funcional"

A Itália vai às urnas neste domingo 4 de março, com expectativa de alta abstenção e uma disputa, conforme as pesquisas, entre as duas alas do neoliberalismo, a apadrinhada por Il Cavaliere Berlusconi (de direita) e a do atual governo (de 'esquerda'), mais o MS5 (Movimento Cinco Estrelas), que se diz "anti-sistema" e venceu em Roma e Turim nas eleições municipais mas desde então não conseguiu mostrar a que veio.

Situação apresentada por um analista político italiano como "a escolha entre o ruim, o pior e o pior ainda". Segundo o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, um Merkel-boy - se referindo à previsão de que partido algum terá maioria - a Itália está prestes a se deparar com novo "governo não-operacional".

O que explicaria porque só 20 dias depois de um fascista ter disparado contra seis refugiados africanos em Macerata os principais líderes da 'esquerda', incluindo o atual primeiro-ministro Paolo Gentiloni e o ex-primeiro-ministro Matteo Renzi, se juntaram à manifestação de repúdio em Roma, na Praça do Povo, que reuniu 100 mil pessoas, sob a consigna "fascismo nunca mais, racismo nunca mais". A propósito, o atual governo é acusado de ter negociado com a junta no poder em Trípoli o acordo anti-imigração que teve como efeito colateral transformar os campos de concentração de refugiados na Líbia que criou em mercados de escravos.

Desde 2008, a Itália vem empurrando a crise com a barriga e seu endividado sistema financeiro é considerado um barril de pólvora que ameaça a zona do euro, com 18% dos empréstimos considerados de difícil recuperação e bancos na corda bamba. O desemprego está em 11,2%, enquanto entre os jovens é de quase 40%. O crescimento do PIB tem sido pífio, e a dívida pública (133% do PIB) é a maior, depois da Grécia – com a diferença de que a Itália é a terceira maior economia da zona do euro. Após o resultado do Brexit, as ações dos bancos italianos chegaram a despencar 30% no dia seguinte.

Poder Para o Povo, a lista contra o neoliberalismo

No auge da crise, a Goldman Sachs simplesmente nomeou um funcionário seu primeiro-ministro "apartidário". Houve ainda os governos "bunga bunga" de Berlusconi, que está inelegível mas apelou a uma corte europeia. O desastre foi mantido pelo Partido Democrático (os neoliberais com 'face humana' – e bolsos fundos).

Um após outro o que esses governos fizeram foi subtrair direitos e arrochar. Sinal dos tempos, no ano passado, o primeiro-ministro 'de esquerda' Matteo Renzi, que prometera se demitir se fosse derrotado em um referendo que cismara de convocar sobre a 'reforma constitucional', caiu do cavalo e teve de ser substituído por um poste do mesmo partido.

Conforme pesquisa da Ipsos para o jornal Corriere dela Sera, as duas alas neoliberais estão quase empatadas (35,6% a 34%), enquanto o Cinco Estrelas tem 28,6%.

A novidade é a lista Poder para o Povo, que congrega o Partido da Refundação Comunista e outras organizações progressistas, que propõe "a ruptura radical com as políticas neoliberais dominantes nos últimos 25 anos e a restauração da Constituição nascida da resistência ao nazi-fascismo". A coalizão reuniu 93 mil assinaturas em poucos dias para poder concorrer em todos os círculos eleitorais e realizou 200 assembleias para escolher candidatos, mas ainda precisa superar a cláusula de barreira de 3%. A nova lei eleitoral, ainda não testada, mistura o sistema proporcional com o uninominal.

Argentinos processam Macri por traição à Pátria

O Instituto Independência da Argentina acusou, em ação penal, o presidente Mauricio Macri, o chefe do Gabinete de Ministros, Marcos Peña; a ministra de Segurança, Patricia Bullrich; e o ministro de Defesa, Oscar Aguad, por traição à Pátria após os acordos com os Estados Unidos para instalar uma base militar no país. A organização, criada em 2016, é formada por lideranças do movimento peronista e presidida por Daniela Bambill, ex- coordenadora da Direção Nacional de Migrações.

As acusações foram apresentadas após as declarações de Bullrich sobre a abertura de uma base de operações para agências norte-americanas na província de Misiones, na tríplice fronteira com Brasil e Paraguai. Durante sua presença nos Estados Unidos, a ministra se reuniu com o titular da DEA (Agência de Combate às Drogas dos EUA), Robert Patterson, e com chefes da agência de Segurança Interior (Homeland Security).

A ação considera, ainda, que os integrantes do Gabinete de Macri são suspeitos de comprometerem segredos políticos, industriais, tecnológicos ou militares, vulnerando a segurança da Argentina, os meios de defesa disponíveis ou as relações exteriores do país.

"Está em perigo a integridade nacional… este governo não está fazendo outra coisa que não seja negligenciar nossos direitos soberanos", disse Daniela em entrevista a um programa de rádio local, advertindo que a decisão do governo de Macri deixa a porta aberta à "introdução de tropas estrangeiras no território nacional sem a prévia autorização" do Congresso.

O Instituto Independência é apoiado por dirigentes como Luis Basterra, vice-presidente do bloco de Deputados nacionais da Frente para a Vitória; Darío Martínez, deputado nacional por Neuquén; Darío Díaz Pérez, senador pela província de Buenos Aires; Jorge Fernández, reitor da Universidade Nacional da Defesa; Carlos Rodríguez, vice-reitor da Universidade Pedagógica; Jorge Coscia, ex-secretário de Cultura da Nação; Walter Abarca, deputado nacional por Buenos Aires.

SUSANA SANTOS

Macri, suspeito de entrega de segredos de Estado a norte-americanos ao ceder base na Tríplice Fronteira

Pelo Mundo

CAIO REARTE*

Donald Rumsfeld e seus 'snowflakes'

O National Security Archive publicou recentemente um calhamaço de documentos do ex-Secretário de Defesa dos EUA Donald Rumsfeld. Os arquivos, chamados de snowflakes ("flocos de neve"), são anotações que Rumsfeld despachava tratando de inúmeros assuntos. Foi em um desses snowflakes que ele ordenou, poucas horas depois dos ataques de 11 de setembro, que se encontrasse alguma informação que ligasse Saddam Hussein ao ataque. O objetivo de Rumsfeld era atacar Saddam e Osama bin Laden ao mesmo tempo.

Ou seja, esses arquivos podem ter informações preciosas. O Departamento de Defesa foi até a Justiça para defender que os arquivos não fossem publicados. O processo se arrastou por 6 anos até que a Justiça forçou a publicação dos arquivos - que virão em pacotes mensais. Isso por si só já é absurdo e demonstra a força do Departamento de Defesa, que com essa decisão pode arrastar a publicação completa por vários meses. Além disso, alguns trechos estão censurados.

Tratar destes arquivos deveria ser um trabalho longo, dedicado, para realmente contextualizar as decisões de um indivíduo que estava no olho do furacão de eventos que moldaram toda uma geração. Porém, como o ciclo de notícias e cliques é incessante e diário, não há mercado para investigações profundas. Ou seja, os documentos de Rumsfeld receberão uma cobertura superficial, assim como aconteceu com outras publicações muito grandes de documentos, como os arquivos do Wikileaks (Cablegate, Podesta Files, e-mails da Hillary Clinton, arquivos de Henry Kissinger), de Edward Snowden, os Panama e Paradise Papers e outros.

Hillary Clinton Email Archive

Essas publicações contêm milhares de documentos, mas só algumas dezenas foram alvo de matérias na imprensa. Mereceram atenção durante um tempo, mas agora "juntam poeira" na biblioteca virtual, esquecidos. É claro, se espera que os jornalistas que se dedicaram aos documentos tenham feito o melhor trabalho possível e não tenham perdido nenhuma informação importante. Mas não temos certeza disso. Ainda há muito a descobrir...

**Caio Rearte é colaborador do HP e editor do blog caiorearte.blogspot.com Twitter: caiorearte2*

Donald Rumsfeld, ex-chefe do Pentágono

Coreia Popular ganha ouro da diplomacia em PyeongChang

Reuters

Presidente Moon Jae-in recebe Kim Yo-jong, irmã do líder da RPDC, Kim Jong Un

A delegação intercoreana voltou a emocionar, com atletas levando bandeiras azuis e brancas da Coreia unida e as bandeiras do norte e do sul. "Comissão de frente" foi formada pelas 2 partes

As "Olimpíadas da Paz" – os Jogos de Inverno de PyeongChang – foram encerradas no domingo (25) em uma empolgante cerimônia, com atletas do mundo inteiro comemorando e cantando juntos, novo desfile conjunto de coreanos do norte e do sul, conclamação do presidente do Comitê Olímpico Internacional pelas "pontes construídas pelo esporte" e a conclusão quase unânime de que a Coreia Popular, contra todas as ameaças e provocações do desvairado Trump, conquistou o ouro olímpico da diplomacia.

Novamente marcou o ato de encerramento o caloroso aperto de mão do presidente do sul, Moon Jae-inn, ao líder da delegação do norte, Kim Yong Chol, vice-diretor do Partido do Trabalho. Para não repetir o desastre na abertura do isolamento de seu vice, Mike Pence, que não conseguia disfarçar seu amuo com as 35 mil pessoas bradando "a Coreia é uma só" e a entrada da delegação intercoreana, Trump enviou sua filha, Ivanka - além do seu chefe da ocupação no sul, general Vincent Brooks. O presidente Moon afirmou que o norte "estava muito interessado" em conversações diretas com Washington.

A delegação intercoreana voltou a emocionar, com atletas levando bandeirinhas azuis e brancas da Coreia sem divisões, e as bandeiras do norte e do sul. De novo, a "comissão de frente" foi formada pelas duas partes. O presidente do COI, Thomas Bach, fez questão, antes de convidar todos a Pequim-2022, de chamar dois atletas coreanos, um do norte e outro do sul, Yun Sung-bin e Ryom Tae Ok.

Foi a iniciativa do líder da Coreia Popular, Kim Jong Un, em discurso de ano novo, em convocar os compatriotas do norte, do sul e do exterior ao entendimento "entre nós coreanos" pela reconciliação nacional, que abriu caminho para a retomada de conversações entre as duas partes em que a nação coreana foi dividida pela ocupação dos EUA, conduzindo à delegação intercoreana na abertura e e no encerramento, ao inédito time conjunto de hóquei no gelo feminino e à trégua olímpica apesar dos piromaníacos ianques e seus fantoches japoneses.

A presença da simpática Kim Yo Jong, irmã do líder do norte, ajudou a desqualificar as caricaturas fabricadas pela mídia amestrada pela CIA para tornar quem defende sua soberania em "monstro" ou "maluco". Foi ela quem levou pessoalmente ao presidente Moon a carta em que Kim o convida a visitar o norte "o mais breve possível".

Compreendendo todo o alcance da inédita equipe feminina intercoreana, a norte-americana integrante da direção do COI e quatro vezes campeã mundial de hóquei no gelo e medalha de ouro olímpico, Ângela Ruggiero, pediu que esta fosse indicada para o Nobel da Paz. Também chamaram a atenção a alegria demonstrada pelas torcedoras do norte, assim como as exibições da equipe de Taekwondo e da orquestra Samjiyon. Agora norte e sul estão discutindo a presença nos Jogos Paralímpicos, que terão início no dia 8 de março e irão até o dia 18.

No encerramento, atletas e torcedores também se entusiasmaram com a formação, com drones, da imagem do mascote dos Jogos Olímpicos, um tigre branco, com um coração em volta dele. Para homenagear a China, que irá sediar os próximos jogos de inverno, os sul-coreanos fizeram uma apresentação cheia de luzes, com ursos pandas patinando. O prefeito de PyeongChang, Sim Jae Kook, entregou a bandeira olímpica para Jining Chen, prefeito de Pequim, sede da próxima edição dos Jogos.

SANÇÕES ILEGAIS

Enquanto a Coreia Popular ganhava o ouro da diplomacia, Trump 'Meu Botão Nuclear é Maior' anunciou na véspera do encerramento das Olimpíadas da Paz sanções ilegais contra Pyongyang, por fora do Conselho de Segurança da ONU, ameaçando ir até à pirataria, com abordagem em alto mar, e chantageou com "passar à fase 2".

Em seu discurso na abertura, o presidente do sul, Moon, afirmou que "foi com um desejo ardente que o povo da Coreia, a única nação dividida do mundo, aspirou sediar os Jogos de Inverno". Nação com cinco mil anos de história, a Coreia foi dividida em norte e sul pela ocupação dos EUA, que se recusa a assinar um tratado de paz e a fechar suas bases e retirar 28 mil marines. A Coreia Popular foi forçada a, sob condições extremas, desenvolver sua força de dissuasão nuclear, após ser ameaçada de "ataque nuclear preventivo" pelo então presidente ianque W. Bush, que rompeu acordo assinado entre EUA e RPDC com mediação de Jimmy Carter, no governo de Bill Clinton (como agora Trump tenta contra o acordo 5+1 com o Irã) – e os pressupostos da Não-Proliferação, que proíbem uma nação nuclear de ataque nuclear a um país não-nuclear.

ANTONIO PIMENTA

Russos enfrentam embuste da Wada e cantam hino pátrio ao receber medalha

A equipe masculina russa de hóquei sobre o gelo cantou seu hino nacional na cerimônia da medalha em PyeongChang, após conquista do ouro olímpico sobre a Alemanha por 4 a 3, enfrentando o embuste da Associação Mundial Antidoping (Wada, na sigla em inglês) sobre o "sistema de doping estatal" a que o Comitê Olímpico Internacional acabou por se vergar. E que é tão somente mais um capítulo da escalada dos neocons e da trupe de Obama/Hillary, assim como a fábula do Russiagate, contra o ressurgimento da Rússia, depois dos anos de decadência e pilhagem com o bebum Yeltsin.

Sob essas maquinações, o COI proibiu que os atletas russos desfilassem como delegação da Rússia, criando o arremedo de 'Atletas Olímpicos da Rússia', e baniu a bandeira – que não houve como coibir nas arquibancadas – e a execução do hino. Dezenas de atletas limpos foram arbitrariamente impedidos de competir.

A decisão de cantar o hino foi tomada por todos os jogadores, após serem informados que o COI não iria restaurar os direitos da delegação russa, sob a alegação de dois casos de doping – sendo que em um deles todos os indícios são de que foi uma provocação, já que o atleta pratica um esporte, o curling, que exige concentração, muita concentração, e não vigor físico, e não teria sentido nem a ingestão, nem a quantidade (1 dose, quando são necessárias 10 para fazer o efeito). A decisão sobre o fim da suspensão ficou para depois do exame das contraprovas.

O capitão do time, Iliya Kovalchuk, afirmou que a medalha olímpica "significa muito, nós não ganhamos as Olimpíadas desde 1992, um bocado de tempo atrás". "Esse foi o nosso sonho, esse era o meu sonho quando eu tinha cinco anos, quando comecei a jogar". Foi uma partida disputada lance a lance, com a Alemanha ficando com a prata, no melhor desempenho desde 1976.

Outro destaque da delegação russa foi a patinação artística, em que encantou com Alina Zagitova, que ficou com o ouro, e Yevgeniya Medvedeva, com a prata. Anteriormente, Zagitova havia quebrado o recorde mundial no programa curto só dez minutos depois que sua companheira de equipe fazer o mesmo. Sobre a não execução do hino quando da premiação, Medvedeva disse que "as pessoas sabem quem nós somos e o público de pé aqui hoje provou isso".

Los Angeles proíbe cidadãos que não podem pagar aluguel de dormir em seus carros

As leis de criminalização da pobreza em Los Angeles, que perseguem os cidadãos sem teto do condado, passaram a valer neste mês de fevereiro. A nova lei, votada em novembro do ano passado, prejudicará os cerca de 7 mil sem sem-teto que possuam carros ou vans, os proibindo de dormir em seus veículos em qualquer área residencial. A violação da lei resultará em multas que podem variar de US$ 25 à US$ 75 por infração, colocando em risco a propriedade dos veículos.

POBREZA

O aumento da pobreza e dos sem-teto é facilmente verificado ao se caminhar por qualquer rua de Los Angeles, seja nas mais ricas ou mais pobres. O problema é atribuído ao crescimento desenfreado da especulação imobiliária, por elevar os preços dos imóveis e dos aluguéis de forma explosiva, se comparado com a diminuição do poder de compra dos salários dos trabalhadores de todo o condado de Los Angeles.

Sobre os sem-teto em geral, de acordo com os dados oficiais, há pelo menos 57 mil pessoas vivendo em situação de rua. A estatística indica um problema grave da política social dos EUA, que se dizem o país mais rico do mundo, com o maior PIB do globo. Para piorar, Los Angeles é o condado mais populoso da Califórnia e dos EUA, com cerca de 9,8 milhões de pessoas, e abriga na cidade de Los Angeles, o distrito de Hollywood, associado ao glamour da indústria do entretenimento – lá estão grandes estúdios como a Paramount Pictures, 20th Century Fox, Sony, Warner Bros., Universal Pictures e Walt Disney Studios.

A lei é tão absurda que proibiu, até mesmo, que qualquer cidadão morando em seu carro recorra a ajuda. Por exemplo, a partir de agora, os sem-teto não podem mais estacionar seus carros em estacionamentos de terceiros, uma iniciativa muito comum em Los Angeles, e adotada por muitas igrejas e instituições sociais. Tais entidades costumavam realizar campanhas para abrir seus estacionamentos aos desabrigados, buscando diminuir o sofrimento dos cidadãos que vivem em seus carros.

No Canadá, onde iniciativas similares foram adotadas, alguns cidadãos chegaram a acumular multas totalizando US$ 110 mil por serem sem-teto. G.C.

"Asmáticos" da Noruega são o número 1 em medalhas na Olimpíada de Inverno

O país recordista de medalhas nos Jogos de PyeongChang é a Noruega, com 14 medalhas de ouro, 14 de prata e 11 de bronze, num total de 39. Embora um dos amedalhados, Lasse Kjus, tenha dito à Reuters que "é difícil dizer porque o desempenho foi tão bom", um documentário da televisão pública sueca SVT afirmou que desde 1992 "70% das medalhas olímpicas de esqui norueguesas foram conquistadas por asmáticos". O que foi confirmado pelo jornal norueguês VG: 42 de 61 medalhas. segundo a mídia, a proporção de asmáticos na população norueguesa é de 10%.

Pouco antes do início dos Jogos, a empresa estatal de radiodifusão norueguesa NRK divulgou uma lista de medicamentos antiasma "preventivamente" levados a Pyeongchang pelo médico da equipe norueguesa: 1.800 doses de Symbicort, 1.200 doses de Atrovent, 1.200 doses de Alvesco, 360 doses de Ventolin e 1.200 doses de Airomir.

O que equivale a 10 vezes mais drogas asmáticas do que a vizinha da Noruega, a Finlândia, trouxe para os mesmos Jogos. Conforme relato à Reuters do médico chefe do comitê antidoping norueguês, Medikee Thorsby, "na prática habitual, a Noruega usa medicamentos para asma em doenças graves no sistema respiratório ... mesmo quando o diagnóstico de asma não é específico".

O documentário faz referência a um estudo dinamarquês que confirma o "efeito anabólico", comum nos esteróides, que alguns medicamentos para a asma têm no corpo humano. O que considera "uma brecha óbvia" para "doping".

Seis inalações da droga antiasma formoterol aumenta a velocidade de passada e a força muscular, afirmou o pesquisador Morten Hostrup, da Universidade de Kopenhagen. O que se deve a que, além de aliviar os sintomas agudos de asma, também expande a capacidade dos pulmões dos atletas e aumenta a resistência à fadiga.

Não é a primeira vez que a questão vem à tona. Em 2016, um teste antidoping do três vezes medalhista olímpico norueguês de esqui, Martin Johnsrud Sundby, revelou níveis quase dez vezes maiores do estimulador Beta-2 Salbutamol (Ventolin) do que o limite estabelecido pela Mundial Antidoping (AMA): 15.000 microgramas versus 1600 microgramas/dia.

Sundby foi submetido à leve pena de suspensão por dois meses, além da perda das vitórias indevidas no Tour de Ski de 2015. De volta aos 33 anos nos Jogos Olímpicos de Inverno de 2018 na Coreia do Sul, ganhou dois ouro e uma prata.

Em entrevista ao canal sueco, um especialista em veterinária e doping da Associação Internacional de Equitação, Peter Kallings afirmou que o clenbuterol, um medicamento contendo os mesmos ingredientes ativos do salbutamol, poderia produzir um efeito anabólico sobre os cavalos.

Professores das universidades inglesas vão à greve em defesa das pensões ameaçadas

Os professores de 64 universidades da Inglaterra deram início a um amplo movimento de greve em defesa das pensões da categoria.

O movimento grevista foi anunciado na quinta-feira (22), com previsão de duração de um mês e já se tornou a maior mobilização do setor dos últimos dez anos. Entre as universidades que aderiram ao movimento, Oxford e Cambridge.

A greve foi convocada pelo sindicato União de Universidades e Colégios da Inglaterra (UCU, na sigla em inglês) como resposta às mudanças que reduzirão em até 10 mil libras (11,2 mil euros) a pensão de um único professor universitário. As alterações no Plano de Aposentadoria Universitária pretendem colocar fim a diversos benefícios, entre os quais o que concede uma renda fixa na aposentadoria.

A tentativa de ataques ao sistema de pensões dos professores por parte da organização Universidades da Inglaterra (UUK, na sigla em inglês), espécie de mantenedora das universidades, não deixou outra alternativa a não ser a convocação da greve, afirmou a secretária-geral da UCU, Sally Hunt. "Os professores e alunos estão enojados com a proposta. Dessa forma é inevitável que a greve se estenda por todos os campi da Inglaterra".

Enquanto os professores e seu sindicato defendem o atual sistema de aposentadoria, os argumentos contrários ao atual sistema de pensões dos professores é o mesmo utilizado no Brasil ou em outros países: o suposto déficit nas contas das pensões, conforme defendido pela organização UUK.

Massacre dos 17 na Flórida isola 'cartel do rifle' e bancada da bala

A multiplicação dos massacres de jovens nas escolas dos Estados Unidos - 18 somente neste ano - está provocando um crescente isolamento da Associação Nacional do Rifle (NRA, na sigla em inglês)) e de sua bancada da bala, que vêm postergando qualquer alteração na legislação sobre a venda de armas.

Na semana passada, com o sangue ainda quente dos 17 estudantes assassinados na escola pública Marory Stonemam Douglas, em Parkland, na Flórida, manifestantes bradavam "sirva o povo, não o seu bolso" e intimavam as empresas atreladas à NRA a romperem seus laços ou arcarem com as consequências de um "boicote massivo".

Assim, à medida que a pressão se espraiava, as empresas começavam a rever suas relações com o cartel e a anunciar o rompimento de seus tradicionais vínculos. Entre estas companhias estão a Delta (maior empresa aérea) e a United Airlines (terceira), que além de cortarem o desconto nas tarifas para os membros da NRA pediram a retirada de qualquer referência a elas na sua página da internet. Da mesma forma, a empresa de aluguel de carros Hertz; a Symantec Corp, que fabrica o Norton Antivírus; a companhia de seguros MetLife Inc e o First National Bank of Omaha.

Um dos adolescentes sobreviventes, David Hogg, também está liderando uma campanha contra o Estado da Flórida, sugerindo que os turistas não visitem suas cidades "enquanto não for aprovada uma legislação sobre o controle de armas". Após a convocação de Hogg, várias redes hoteleiras comunicaram a separação da NRA.

Nelson Mandela: “Por este ideal, estou preparado para morrer” - (1)

Uma das coisas mais repugnantes já ouvidas neste país foi dita no último dia 24 de janeiro, quando, após ser condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), Lula se comparou a Nelson Mandela. Para que não haja queixas de que estamos exagerando - ou deformando – o que ocorreu, repetimos as palavras do sr. Lula: “*Prenderam o Mandela, ele ficou preso por 27 anos, nem por isso a luta diminuiu. Ele voltou e foi eleito presidente*” - e o resto é ainda pior.

Bastante indignado, um ativista negro escreveu, em debate na Internet: “A diferença é que Mandela foi um gigante e Lula é um piolho”.

Com efeito, Lula foi condenado por roubo do dinheiro do povo.

Mandela foi condenado por organizar e empreender a luta armada contra os nazistas do apartheid – e à prisão perpétua, em um lugar tão inóspito quanto a ilha Robben. Durante 27 anos recusou-se a renegar a sua luta em troca da soltura.

No julgamento de Rivonia, em 1964, foram condenados à prisão perpétua, além de **Nelson Mandela**, **Walter Sisulu** (libertado após 26 anos de prisão, eleito, em seguida, vice-presidente do Congresso Nacional Africano), **Govan Mbeki** (depois de 24 anos de prisão, eleito senador; pai do ex-presidente da África do Sul Thabo Mbeki), **Ahmed Kathrada** (após 26 anos de prisão, eleito deputado), **Denis Goldberg** (após 22 anos de prisão, tornou-se assessor especial do governo da África do Sul), **Andrew Mlangeni** (depois de 26 anos de prisão, eleito deputado), **Raymond Mhlaba** (após 26 anos de prisão, tornou-se premier da província de Eastern Cape) e **Elias Motsoaledi** (após 26 anos na Ilha Robben, eleito para o Comitê Executivo Nacional do CNA).

Nenhum desses homens recebeu um centavo de alguma Odebrecht sul-africana.

O que fizeram eles, foi expresso, com uma eloquência titânica – até porque simples, sem jogos de retórica -, na declaração ao tribunal de Nelson Mandela.

Durante três horas, Mandela fez uma defesa que, em tudo, é a acusação mais completa e devastadora ao racismo, ao nazismo e à tirania.

É esse documento – somente comparável às declarações de Fidel Castro diante do tribunal da ditadura de Batista; de George Dimitrov, diante do tribunal do IIIº Reich; e, em outra época, à de Karl Marx no julgamento de Colônia - que hoje passamos a publicar, ainda que de forma condensada.

Vê-se aqui, como disse um filósofo de épocas passadas, a pata do leão – isto é, o gigante, diante do qual, os piolhos desaparecem.

C.L.

Nelson Mandela

NELSON MANDELA

Eu sou o primeiro acusado.

Tenho um bacharelado em Artes e atuei como advogado em Joanesburgo, por vários anos, em parceria com Oliver Tambo. Sou um prisioneiro, condenado a cinco anos por deixar o país sem autorização e por incitar pessoas a entrarem em greve no final de maio de 1961.

De início, quero dizer que a sugestão - feita pelo representante do Estado, em seu discurso de abertura - de que a luta na África do Sul está sob a influência de estrangeiros ou de comunistas, é totalmente incorreta. Eu fiz tudo o que fiz, tanto como indivíduo quanto como líder de meu povo, por causa de minha experiência na África do Sul e da minha própria origem africana, de que sinto orgulho, e não por causa do que qualquer forasteiro poderia ter dito.

Em minha juventude no Transkei, ouvi os anciãos da minha tribo contarem histórias dos velhos dias. Entre as histórias que eles me contaram, estavam aquelas sobre as guerras travadas por nossos ancestrais em defesa da pátria. Os nomes de Dingane e Bambata, Hintsa e Makana, Squngthi e Dalasile, Moshoeshoe e Sekhukhuni, eram pranteados como a glória de toda a nação africana. Espero que a vida possa me oferecer a oportunidade de servir a meu povo e fazer a minha própria e humilde contribuição para a sua luta pela liberdade. Isto é o que me motivou, em tudo o que fiz, em relação às acusações feitas contra mim neste processo.

Tendo dito isto, devo tratar, imediatamente e com alguma amplitude, da questão da violência. Algumas das coisas até agora ditas ao Tribunal são verdadeiras - e algumas não são verdadeiras. Não nego, entretanto, que organizei atos de sabotagem. Não os organizei com um espírito leviano, nem porque tenha algum amor pela violência. Eu os organizei como resultado de uma avaliação calma e sóbria da situação política que surgiu após muitos anos de tirania, exploração e opressão do meu povo pelos brancos.

Admito imediatamente que fui uma das pessoas que ajudaram a formar a **Umkhonto we Sizwe** [**Lança da Nação**: organização para a luta armada do **Congresso Nacional Africano**], e que eu desempenhei um papel proeminente em seus assuntos, até que fui preso, em agosto de 1962.

Na declaração que vou fazer, corrigirei certas falsas impressões que foram criadas por testemunhas do Estado. Entre outras coisas, vou demonstrar que alguns dos atos, referidos na evidência, não foram e não poderiam ter sido cometidos pela Umkhonto.

Também tratarei da relação entre o **Congresso Nacional Africano** e a **Umkhonto**, e do papel que eu, pessoalmente, exerci nos assuntos de ambas as organizações. Também tratarei do papel desempenhado pelo Partido Comunista. Para explicar estes assuntos de forma adequada, terei de explicar os objetivos da Umkhonto, quais os métodos que recomendou para a realização desses objetivos e por que esses métodos foram escolhidos. Também terei de explicar como me envolvi nas atividades dessas organizações.

Nego que a **Umkhonto** seja responsável por uma série de atos que, claramente, estão fora da política da organização, mas que foram incluídos na acusação contra nós. Não sei qual foi a justificativa para esses atos, mas, para demonstrar que eles não poderiam ter sido autorizados pela **Umkhonto**, quero me referir brevemente às raízes e à política da organização.

Já mencionei que eu fui uma das pessoas que ajudaram a formar a **Umkhonto**. Eu, e os outros que fundaram a organização, fizemos isso por duas razões.

Em primeiro lugar, acreditávamos que, como resultado da política do governo, a violência do povo africano tornara-se inevitável e que, a menos que houvesse uma liderança responsável para canalizar e controlar os sentimentos de nosso povo, ocorreriam surtos de terrorismo que produziriam uma intensidade de amargura e hostilidade entre as várias raças deste país, que não é produzida nem mesmo pela guerra.

Em segundo lugar, nós sentimos que, sem a violência, não haveria caminho algum para o povo africano ter êxito em sua luta contra o princípio da supremacia branca. Todos os modos legais de expressar oposição a esse princípio foram fechados, barrados pela legislação, e nós fomos colocados em uma posição em que devemos aceitar um estado permanente de inferioridade ou desafiar o governo.

Nós escolhemos desafiar a lei. Primeiro, infringimos a lei de uma forma que evitava qualquer recurso à violência; quando esta forma foi proibida pela legislação, e o governo recorreu a uma demonstração de força para esmagar a oposição às suas políticas, somente então nós decidimos responder à violência com violência.

Mas a violência que nós escolhemos adotar não era terrorismo. Nós, que formamos a **Umkhonto**, somos todos membros do **Congresso Nacional Africano**, e temos por trás de nós a tradição de não-violência e negociação do **CNA**, como meio de resolver disputas políticas. Acreditamos que a África do Sul pertence a todas as pessoas que vivem nela, e não a um grupo, seja preto ou branco. Não queríamos uma guerra inter-racial, e tentamos evitá-la até o último minuto. Se o Tribunal tiver dúvidas sobre isso, verá que toda a história de nossa organização confirma o que eu disse, e o que direi em seguida, quando descrever as táticas que a Umkhonto decidiu adotar. Quero, portanto, dizer algo sobre o **Congresso Nacional Africano**.

O **Congresso Nacional Africano** foi formado em 1912 para defender os direitos do povo africano, severamente restringidos pela Lei da África do Sul [South Africa Act], e que estavam sendo ameaçados pela Lei da Terra Nativa [Native Land Act].

Durante trinta e sete anos - isto é, até 1949 - o **CNA** se ateve estritamente a uma luta constitucional. Apresentou demandas e propostas; enviou delegações ao governo com a convicção de que as reivindicações africanas poderiam ser resolvidas através de discussões pacíficas e que os africanos poderiam avançar gradualmente até obter plenos direitos políticos.

Mas os governos brancos permaneceram impassíveis, e os direitos dos africanos tornaram-se cada vez menores, ao invés de maiores.

Nas palavras do meu líder, o Chefe [Albert] Lutuli, que se tornou presidente do **CNA** em 1952, e que depois recebeu o Prêmio Nobel da Paz:

“*... quem poderá negar que trinta anos da minha vida foram gastos em vão, pacientemente, moderadamente, e modestamente diante de uma porta fechada e lacrada? Quais foram os frutos da moderação? Os últimos trinta anos viram o maior número de leis restringindo os nossos direitos e o nosso progresso, até que chegamos, hoje, a um estágio em que quase não temos direitos*”.

Mesmo depois de 1949, o **CNA** permaneceu determinado a evitar a violência. Nesta época, no entanto, houve uma mudança nos meios de protesto estritamente constitucionais, que haviam sido empregados no passado. A mudança foi incorporada em uma decisão tomada para protestar contra a legislação do *apartheid*, por meio de manifestações pacíficas, mas ilegais. De acordo com esta política, o CNA lançou a Campanha de Desafio, na qual fui encarregado de liderar os voluntários.

Esta campanha baseou-se nos princípios da resistência passiva. Mais de 8.500 pessoas desafiaram as leis do *apartheid* e foram para a prisão. No entanto, não houve um único caso de violência no decorrer desta campanha, por parte de qualquer desafiante. Eu e 19 colegas fomos condenados pelo papel que desempenhamos na organização da campanha, mas nossas sentenças foram suspensas, principalmente porque o juiz concluiu que a disciplina e a não-violência tinham sido enfatizadas em todos os lugares.

Esse foi o momento em que a seção de voluntários do CNA foi estabelecida, e quando a palavra 'Amadelakufa' ['aqueles que estão preparados para se sacrificar'] foi usada pela primeira vez: os voluntários foram chamados a prestar um juramento, para a defesa de certos princípios.

As evidências sobre os voluntários e seu juramento foram incluídas neste processo, mas completamente fora do contexto. Os voluntários não eram, e não são, soldados de um exército negro que juraram lutar em uma guerra civil contra os brancos. Eles eram, e são, trabalhadores dedicados que estão preparados para liderar as campanhas iniciadas pelo CNA, para distribuir panfletos, organizar greves ou fazer o que quer que seja necessário. Eles são chamados de voluntários porque se voluntariam para enfrentar as penas de prisão e chicoteamento, que agora são prescritas pela legislação por tais atos.

HP ESPECIAL

Durante a Campanha de Desafio, foram aprovadas a Lei de Segurança Pública e a Emenda ao Código Penal [Criminal Law Amendment Act]. Esses estatutos previam penas mais duras para as infrações cometidas por meio de protestos contra leis. Apesar disso, os protestos continuaram e o **CNA** manteve a sua política de não-violência.

Em 1956, 156 dirigentes da Aliança do Congresso, inclusive eu, foram presos e acusados de alta traição, incursos na Lei de Supressão do Comunismo. A política de não-violência do **CNA** foi contestada pelo Estado, mas, quando houve o julgamento, cinco anos depois, o Tribunal constatou que o **CNA** não tinha uma política de violência. Nós fomos absolvidos de todas as acusações, que incluíam a de que o **CNA** procurou estabelecer um estado comunista, em substituição ao regime existente. O governo sempre procurou rotular todos os seus oponentes de comunistas. Esta alegação foi repetida no presente caso, mas, como estou mostrando, o **CNA** não é, e nunca foi, uma organização comunista.

Em 1960, houve os fuzilamentos de Sharpeville, que resultou na proclamação do estado de emergência e na declaração do **CNA** como organização ilegal. Meus colegas e eu, após cuidadosa consideração, decidimos não obedecer a esse decreto. O povo africano não fazia parte do governo e não fazia as leis pelas quais era governado. Acreditamos nas palavras da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de que ‘a vontade do povo será a base da autoridade do Governo’, e, para nós, aceitar o banimento era equivalente a aceitar o silêncio dos africanos por todas as eras. O **CNA** recusou dissolver-se; em vez disso, foi para a clandestinidade. Acreditamos que era nosso dever preservar essa organização, construída por quase cinquenta anos de trabalho incessante. Não tenho dúvida alguma que nenhuma organização política branca, que tivesse respeito por si mesma, se dissolveria, se declarada ilegal por um governo em que não tivesse voz.

Em 1960, o governo realizou um referendum que levou ao estabelecimento da República. Os africanos, que constituíam aproximadamente 70% da população da África do Sul, não tiveram direito a voto e nem sequer foram consultados sobre a proposta de mudança constitucional.

Todos nós ficamos apreensivos com o nosso futuro sob a proposta República Branca, e foi tomada uma resolução para realizar uma Conferência Pan-Africana para chamar a uma Convenção Nacional, e organizar manifestações de massa na véspera da República indesejada, se o governo não convocasse a Convenção.

A conferência contou com a presença de africanos de várias tendências políticas. Eu era o secretário da conferência e me comprometi a ser responsável pela organização da greve geral nacional, que posteriormente foi convocada para coincidir com a declaração da República. Como todas as greves dos africanos são ilegais, a pessoa que organiza essa greve deve evitar a prisão. Eu fui escolhido para ser essa pessoa e, consequentemente, tive que deixar minha casa, minha família e meu trabalho, para me esconder e evitar a prisão.

A greve geral, em concordância com a política do **CNA**, seria uma manifestação pacífica. Instruções cuidadosas foram enviadas aos organizadores e membros para evitar qualquer recurso à violência. A resposta do governo foi introduzir leis novas e mais duras, mobilizar suas forças armadas e enviar Saracens [transportes blindados de tropas, de fabricação inglesa], veículos armados e soldados para os municípios, em um massivo espetáculo de força, destinado a intimidar o povo. Esta foi uma indicação de que o governo decidira governar apenas pela força, e essa decisão foi um marco na estrada para a **Umkhonto**.

Algo disso pode parecer irrelevante para este julgamento. Na verdade, não acredito que nada disso seja irrelevante porque, espero, permite ao Tribunal apreciar a atitude eventualmente adotada pelas diversas pessoas e órgãos envolvidos no Movimento de Libertação Nacional. Quando fui para a prisão, em 1962, a idéia dominante era que a perda de vidas deveria ser evitada. Agora, sei que isso ainda era assim em 1963.

Devo retornar a junho de 1961. O que nós, líderes de nosso povo, deveríamos fazer? Nós deveríamos ceder ao espetáculo de força e à ameaça implícita contra a ação futura, ou deveríamos lutar contra ela - e, se assim fosse, como?

Não tivemos nenhuma dúvida de que tínhamos de continuar a luta. Qualquer outra coisa teria sido rendição abjeta. Nosso problema não era se lutávamos, mas como continuar a lutar.

Nós, do **CNA**, sempre defendemos uma democracia não-racial, e repelimos qualquer ação que possa afastar as raças mais do que já estão afastadas.

Mas os duros fatos eram que cinquenta anos de não-violência trouxeram ao povo africano nada, além de mais e mais legislação repressiva, e cada vez menos e menos direitos.

Talvez não seja fácil para esta Corte entender, mas é um fato que, há muito tempo, as pessoas falavam de violência - do dia em que iriam lutar contra o homem branco e recuperar o país - e nós, os líderes do **CNA**, sempre as persuadimos a evitar a violência e buscar métodos pacíficos.

Quando alguns de nós discutiram isso, em maio e junho de 1961, não se podia negar que nossa política, de alcançar um Estado não-racial pela não-violência, não havia conseguido nada, e que nossos seguidores começavam a perder a confiança nessa política - e estavam se tornando perturbadoras as ideias de terrorismo.

Não se deve esquecer que nessa época a violência tinha, de fato, se tornado uma característica da cena política sul-africana. Houve violência em 1957, quando as mulheres de Zeerust receberam ordens para portar passes; houve violência em 1958, com o abate de gado em Sekhukhuniland; houve violência em 1959, quando o povo de Cato Manor protestou contra o confisco dos passes; houve violência em 1960, quando o governo tentou impor a lei das Autoridades Bantu, em Pondoland. Trinta e nove africanos morreram nesses distúrbios. Em 1961, houve revoltas em Warmbaths, e durante todo esse tempo o Transkei tinha sido uma grande massa de inquietação.

Continua na próxima edição